



**E
V
A
S
Ã
O
E
S
C
O
L
A
R**

**Evasão Escolar no Curso de Edificações
Integrado ao Ensino Médio – Um
Diagnóstico do Ensino Médio Integrado da
Educação Profissional e Tecnológica**

Rosa Maria Rocha Magalhães
Ana Maria Leite Lobato

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

M189e Magalhães, Rosa Maria Rocha.

Evasão escolar no curso Técnico em Edificações Integrado ao ensino médio – um diagnóstico do ensino médio integrado da Educação Profissional e Tecnológica / Rosa Maria Rocha Magalhães, Ana Maria Leite Lobato. – Belém, 2024.

52 p.: il.; color

Formato do Material: PDF.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Maria Leite Lobato.

Produto Educacional (Apresentado para obtenção do título de Mestre - Mestrado Profissional em Rede. Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, 2024.

1. Evasão escolar. 2. Técnico em Edificações – ensino médio. 3. Evasão escolar – ensino médio - IFPA. 4. Educação técnico profissionalizante - IFPA. I. Lobato, Ana Maria Leite. II. Título.

CDD: 378.169

PRODUTO EDUCACIONAL

Relatório de Pesquisa

Evasão Escolar no Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio – Um Diagnóstico do Ensino Médio Integrado da Educação Profissional e Tecnológica

Organização

Rosa Maria Rocha Magalhães

Dra. Ana Maria Leite Lobato

Ilustração e layout: Ivo José Paes e Silva

DESCRIÇÃO TÉCNICA

Nível de ensino a que se destina o produto:

Todos os níveis da educação

Área de conhecimento:

Ensino

Público-Alvo:

Profissionais que atuam na Educação Profissional da Rede Federal

Categoria do produto:

Materiais textuais

Finalidade:

Disponibilizar os dados e as análises realizadas com a comunidade acadêmica para discussão, implementação de ações efetivas para atenuar a evasão escolar e ampliação de estudos futuros; além de proporcionar informações que contribuam com estudos sobre evasão escolar no Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio – IFPA/Campus Belém

Organização do Produto:

O Relatório **Evasão Escolar no Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio – Um Diagnóstico do Ensino Médio Integrado da Educação Profissional e Tecnológica** foi elaborado para informar aos profissionais da educação os aspectos que contribuem para o afastamento dos alunos do ambiente escolar.

Disponibilidade:

Permite-se a reprodução e a divulgação total ou parcial do material, desde que citada a fonte e não seja utilizado para fins comerciais.

Idioma: português

Cidade: Belém/PA - País: Brasil - Ano: 2024

Origem do Produto:

Desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFPA

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Quantitativo de reprovações por componentes curriculares - Ciclos de matrículas de 2014 a 2016 - Matriz Curricular de 3,5 anos – IFPA Campus Belém.	16
Figura 2	Quantitativo de reprovações por componentes curriculares - Ciclos de matrículas de 2017 a 2019 - Matriz Curricular de 3 anos – IFPA Campus Belém.	17
Figura 3	Demonstrativo do percentual de alunos que trabalham x não trabalham.	22
Figura 4	Demonstrativo da renda per capita familiar dos entrevistados.	23
Figura 5	Origem acadêmica dos entrevistados.	23
Figura 6	Motivos da escolha do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio pelos entrevistados.	24
Figura 7	Levantamento sobre o itinerário formativo do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio.	24
Figura 8	Causas da evasão escolar no Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio.	25
Figura 9	Percentual de alunos entrevistados do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio que receberam algum tipo de auxílio estudantil (financeiro).	26
Figura 10	As Políticas de Permanência e êxito adotadas pelo IFPA.	27
Figura 11	Visão geral da evasão escolar no curso em edificações integrado ao ensino médio – 2014 a 2019 – IFPA/Campus Belém.	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Levantamento do quantitativo de ingresso de alunos, através da aplicação da Lei de Cotas no período de 2014 a 2019 - Curso: Edificações Integrado Ao Ensino Médio – IFPA-Campus Belém.	13
Quadro 2	Demonstrativo dos quantitativos de alunos que CONCLUÍRAM O CURSO X NÃO CONCLUINTES, tendo como referencial a Lei de Cotas no período de 2014 a 2019 - Curso: Edificações Integrado Ao Ensino Médio – IFPA-Campus Belém.	15
Quadro 3	Levantamento do quantitativo de alunos que concluíram o curso, tendo como referencial a Lei de Cotas no período de 2014 a 2019 - Curso: Edificações Integrado Ao Ensino Médio – IFPA-Campus Belém.	15
Quadro 4	Levantamento do quantitativo de alunos que NÃO concluíram o curso, tendo como referencial a Lei de Cotas no período de 2014 a 2019 - Curso: Edificações Integrado Ao Ensino Médio – IFPA-Campus Belém.	16
Quadro 5	Levantamento da situação acadêmica dos alunos afastados do curso de Edificações Integrado do Ensino Médio, a partir dos boletins de notas e históricos escolares – 2014 a 2016. – IFPA-CAMPUS BELÉM.	18
Quadro 6	Levantamento da situação acadêmica dos alunos afastados do curso de Edificações Integrado do Ensino Médio, a partir dos boletins de notas e históricos escolares – 2017 a 2019. – IFPA-CAMPUS BELÉM.	19
Quadro 7	Status de matrícula por ano de ingresso – 2014 a 2019 - Curso: Edificações Integrado Ao Ensino Médio – IFPA-Campus Belém.	32
Quadro 8	Levantamento do quantitativo de alunos que receberam algum tipo de auxílio estudantil - Curso: Edificações Integrado Ao Ensino Médio – IFPA-Campus Belém – Ingressantes do período letivo de 2014 a 2019.	42

APRESENTAÇÃO

Caro Leitor,

Este Relatório é o Produto Educacional resultante da pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, sob o título: A EVASÃO ESCOLAR NO CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO IFPA CAMPUS BELÉM: UM ESTUDO DE CASO. Na pesquisa, buscou-se compreender os índices e as causas que influenciaram o afastamento de alunos dos bancos escolares na Educação Profissional, especificamente no Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará/Campus Belém, no período de 2014 a 2019.

Com este material, pretende-se socializar os resultados da investigação subsidiando a gestão do Campus do IFPA pesquisado, e demais instituições de ensino, com dados sobre a necessidade de acompanhamento e reflexão das práticas administrativas que devem auxiliar estudantes a ingressar no Ensino Profissionalizante, bem como no oferecimento de práticas educacionais para estudantes que adentram o mundo desse contexto de ensino com tantas mazelas educacionais, muitas vezes resultantes de uma educação fragmentada no decorrer do ensino fundamental.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1. Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio: um estudo de caso	09
1.1 A Pesquisa	13
1.1.1. Levantamento Sistemático e Documental	13
1.1.2. As Políticas Públicas de Permanência e Êxito do IFPA	21
1.1.3. Os Participantes da Pesquisa	23
1.1.4. Resultados do Questionário de Pesquisa Aplicado com os participantes da pesquisa	23
1.1.5. Resultado da Entrevista realizada com os participantes da pesquisa	29
2. Análise dos Dados e Resultados	31
2.1. Indicadores de evasão dos ciclos de matrículas (2014-2019) do Curso Técnico em Edificações Integrado do Ensino Médio	31
2.2. Os fatores que impactam no desempenho formativo do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio	37
2.3. As Políticas Públicas de Acesso e de Permanência para o êxito na Formação Profissional	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47
APENDICE - VOCÊ SABIA...	50

INTRODUÇÃO

O presente relatório é resultado da pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), em nível de mestrado, a qual teve como objeto de estudo a evasão escolar no Curso de Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação Tecnológica do Pará (IFPA)/Campus Belém de 2014 a 2019.

O fenômeno evasão escolar é complexo, multifacetado e multicausal. É atrelado a fatores pessoais, sociais e institucionais, o que torna difícil a sua erradicação. Deste modo, deve ser analisado por meio de perspectivas diversas, como a perspectiva da escola, do sistema de ensino e do indivíduo. (DORE, 2014).

A investigação dos índices e das causas da evasão no referido curso permitiu entender os fatores que impedem a não permanência dos alunos nos bancos escolares da educação técnico profissionalizante. Especialmente, levando em consideração que este tipo de ensino, ao longo de sua trajetória, foi um dos investimentos públicos mais rentáveis ao Brasil. (JORNAL NACIONAL, 2023). Contudo, ainda é um espaço escolar de difícil acesso.

Ao longo de mais de cem anos de sua existência, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (FPA) foi uma das 19 instituições criadas pelo Decreto-Lei nº 7.566, em 23 de setembro 1909, pelo então Presidente da República Nilo Procópio Peçanha. Recebendo a denominação de Escola de Aprendizes Artífices do Pará, com o objetivo de ensinar “aos pobres e humildes” (MOURA, 2007, p. 6), “os ofícios de operário e contramestre”. (COSTA, 2009, p. 9).

Desde a sua criação, a Instituição passou por implementações e alterações da sua denominação no estado do Pará: Liceu Industrial do Pará (1937), Escola Industrial de Belém (1942), Escola Industrial Federal do Pará (1966), Escola Técnica Federal do Pará (1968), Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (1999) e, finalmente, Instituto Federal de Educação Tecnológica do Pará (2008). Atualmente, é composto por 18 Campi, dentre eles o *Campus* Belém, com a missão de promover a educação profissional, científica, técnica e tecnológica de qualidade através da articulação entre ensino, extensão, pesquisa aplicada e inovação para formação integral dos cidadãos. (BRASIL, 2008).

Diante da relevância da Rede Federal de Ensino para o Brasil, se tornou necessário identificar e compreender as causas da evasão escolar no Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, que vem influenciando na trajetória escolar de discentes, levando-os a abandonar o curso e, impactando a consolidação das políticas de acesso à educação de nível médio profissionalizante.

Para identificar as causas da evasão escolar no curso de estudo, a pesquisa se deu em dois momentos: o primeiro foi a realização de levantamento dos indicadores acadêmicos, utilizando as informações constantes nos sistemas utilizados pelo IFPA, tais como: Sistema Acadêmico Internos, o SIGAA; e Sistemas externos, como: o SISTEC, Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica, e a PNP, Plataforma Nilo Peça.

No segundo momento, realizou-se análise qualitativa, a partir das respostas e falas dos próprios alunos do curso. E, para isso, houve a aplicação de questionários e realização de entrevistas, onde foram convidados 10 alunos, dos quais 8 aceitaram o convite. A divisão estabelecida seguiu a seguinte forma: 04 alunos que, em algum momento, se afastaram do curso, mas retornaram e concluíram e, 04 alunos que abandonaram o curso. As respostas, tanto do questionário quanto da entrevista, foram de suma importância para as análises e reflexões acerca da problemática.

Quer saber mais sobre Evasão Escolar na Educação Profissional?

Acesse:

<http://rimepes.fae.ufmg.br/livros/Dore%20et%20al.%20-%202014%20-%20Evasao%20na%20educacao%20-%20estudos,%20politicass%20e%20propostas.pdf>



<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar>

1 CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DE CASO

A escolha do curso Técnico em Edificações se justifica pela sua constante oferta na instituição, desde a sua criação em 1966 (BASTOS, 1988). Ainda, devido à sua matriz laboral atualmente em vigor, na zona metropolitana da cidade Belém e no âmbito do estado do Pará, que se destaca pela ascensão do momento vivido na construção imobiliária. Pois, apesar do cenário de restrições causados pela pandemia do COVID-19, nos anos de 2020 e 2021, o mercado imobiliário conseguiu se sustentar e evoluir com uma boa taxa de crescimento (BRASIL, 2021), permitindo aos concluintes do curso adentrar no mundo do trabalho.

Atualmente, o IFPA/Campus Belém oferta o referido curso em duas modalidades de ensino: Integrado ao Ensino Médio e Subsequente. O primeiro para estudantes oriundo do Ensino Fundamental II e o segundo para estudantes que já possuem o Ensino Médio.

O curso é regulamento pela Resolução nº 058/2019 do Conselho Federal dos Técnicos (CFT), o qual têm prerrogativas para, segundo a resolução:

- I - Conduzir, dirigir e executar os trabalhos de sua especialidade no âmbito da construção civil;
- II - Prestar assistência técnica no estudo tecnológicas voltadas para a construção civil;
- III - Orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações utilizadas na construção civil;
- IV - Dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados da construção civil;

A resolução ainda define as atribuições técnicas do Técnico em Edificações como:

- I - Projetar, dirigir e ampliar as construções de até dois pavimentos, bem como atuar na regularização de obra ou construção junto aos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais inclusive Corpo de Bombeiros Militar ou Civil;
- II - Realizar desdobro e unificação de lotes urbanos para uso em trabalho próprio;
- III - projetar e dirigir quaisquer tipos de fundação e estrutura para construções até o limite de 80,00 m² de área construída com até dois pavimentos;
- IV - Executar ou projetar reformas em qualquer dimensão de construção ou edificação, independentemente de área e do número de pavimentos, desde que não haja alteração ou modificação em estrutura de concreto armado ou metálica;
- V - Projetar, executar ou dirigir acréscimo ou ampliação de qualquer edificação até 80m² de área a ser construída, desde que não utilize a estrutura da edificação existente;
- VI - Executar levantamento de edificações para regularização cadastral, predial e/ou conservação sem limite de área, bem como os laudos e pareceres necessários junto aos Órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal;
- VII - prestar assistência técnica e assessoria no estudo de viabilidade e

desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas ou ambientais;
 VII - exercer a função de perito junto aos Órgãos Públicos e setor privado, elaborando laudo técnicos de vistoria, avaliação, arbitramento ou consultoria, em atendimento ao estabelecido no art. 4º do Decreto nº 90.922 de 6 de fevereiro de 1985 e do § 1º do art. 156 do Código de Processo Civil;
 VII - elaborar cronograma, memorial e relação de material e mão de obra em projeto de construção civil;
 IX - Elaborar manuais de boas práticas de fabricação na construção civil;
 X - Elaborar e executar quaisquer outros projetos complementares no âmbito da sua competência;
 XI - demolição de edificação de até dois pavimentos;
 XII - responsabilizar-se por empresas de pré-moldado e artefatos de concreto;
 XIII - atuar em órgãos públicos para análise e aprovação de projetos e expedição de alvará e habite-se;
 XIV - projetar, calcular e executar muro de arrimo como atividade complementar em obras de sua responsabilidade técnica.
 (CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS, 2019)

Em 2022, o CFT publicou a Resolução CFT nº 205 assegurando aos Técnicos em Edificações e Construção Civil a prerrogativa de execução de projetos sem limite de área. A normativa altera a Resolução CFT nº 058/2019, acrescentando o artigo 6º, onde “fica assegurado ao Técnico Industrial em Edificações e ao Técnico Industrial em Construção Civil, executar obras sem limite de área, desde que haja projeto elaborado por profissional habilitado”

Acrescentando à legislação, destaca-se o Plano Político Pedagógico do curso de Edificações Integrada ao Ensino Médio, na qual o curso está inserido no Eixo Tecnológico de Infraestrutura, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/2008, e o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT) fundamentado nos princípios norteadores contidos nos incisos de I a XVII do art. 6º da Resolução nº 6/2012 CNE/CEB, com uma carga horária de 2.033,33 horas de formação geral e 1200 horas de formação profissional, com carga horária total de 3.033,33 horas. (IFPA, 2016).

O curso tem notoriedade em suas atribuições e qualificações dos técnicos em edificações, do mesmo modo é forma profissionais para um ramo fundamental na sociedade brasileira, estimulando ainda mais o IFPA/Campus Belém a formar Técnicos em Edificações por meio de uma formação com base humanística, científica e tecnológica para atuar de forma determinante no mundo do trabalho.

No entanto, mesmo com todas as prerrogativas e atribuições amparadas por lei, o curso ofertado pelo IFPA/Campus Belém apresenta indicadores de evasão significativos que carecem de investigação, os quais a pesquisadora se propôs a realizar a fim de identificar as causas deste fenômeno no âmbito do ensino técnico profissionalizante, em especial no Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio.

Para alcançar os objetivos, a pesquisa de campo buscou aproximação com a pesquisa do tipo estudo de caso, que segundo Prodanov e Freitas (2013) consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida de acordo com o assunto da pesquisa. Complementando os argumentos dos autores, destacamos os pensamentos de Stake (2013) que aponta que a essa metodologia, frequentemente utilizada na sociologia, em áreas de saúde, economia e administração, vêm sendo empregadas no campo das pesquisas educacionais, ou seja, contribui para a realização das análises dos dados identificados, tanto quantitativamente, quanto qualitativamente, a partir de seus indicadores acadêmicos.

Quer saber sobre o Técnico em Edificações e suas atribuições?



Acesse:

1. <https://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/departamento-de-ensino-superior/3-politicas-e-normativas-institucionais/ppi-pdi-e-regulamento-didatico-pedagogico-do-ensino/1846-projeto-pedagogico-institucional-ppi-ifpa-2017/file>
2. <https://belem.ifpa.edu.br/docpublic/diretorias/diretoria-de-ensino-den/1308-projeto-politico-pedagogico-do-campus-belem/file>
3. <https://belem.ifpa.edu.br/docpublic/diretorias/diretoria-de-ensino-den/1308-projeto-politico-pedagogico-do-campus-belem/file>

1.1 A PESQUISA

1.1.1 – Levantamentos sistêmicos e documental

A pesquisa iniciou investigando os dados de ingresso e modalidade de concorrência por ano de ingresso. Considerando que ao iniciar um ciclo de matrícula nas Instituições de ensino que compõem a Rede Federal de Ensino, é obrigatório que o aluno seja cadastrado no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), mantido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC). As informações do SISTEC, desde a sua implantação, se consolidam em fonte de subsídios para diversas ações e políticas, tais como: os estudos estatísticos, a geração de indicadores de gestão, o monitoramento das políticas públicas e a distribuição de recursos na matriz orçamentária (SILVA, 2018). Tal investigação se deu para averiguar se o Campus Belém adotou os procedimentos corretos e nos prazos estabelecidos pela SETEC/MEC, para inserção dos ciclos de matrículas, bem como as devidas atualizações de status de alunos que devem ocorrer nos ciclos de matrículas registrados no SISTEC, ao longo do período de realização do ciclo.

Percebeu-se que, embora os registros de início e fim estejam pré-estabelecidos, a instituição não cumpriu as datas com rigor, face aos períodos de greves e paralizações de servidores que causaram impactos sobre os ciclos de matrículas, retardando a sua conclusão no prazo definido e, conseqüentemente, provocando impactos no orçamento da Instituição. Pois, dentre os vários critérios de análise e liberação orçamentária, um deles é o aluno em curso dentro do prazo de vigência do ciclo de matrícula. Esclarece-se que aluno em curso fora do período estabelecido é considerado como aluno retido, ou seja, fica fora das previsões orçamentárias.

A partir de 2018, os dados do SISTEC passaram a ser migrados para a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), implantada pelo Ministério da Educação. Esse novo ambiente virtual tem como finalidade a coleta e a validação de dados estatísticos, distribuição de recursos orçamentários, entre outros, conforme descrevemos a seguir:

A plataforma Nilo Peçanha (PNP) é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Tem como objetivo reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

Fonte: site da PNP – www.plataformanilopecanha.org (Acesso em 05/11-2023)

Quer saber mais sobre o SISTEC e PNP?



Acesse:

1. <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/30000-uncategorised/65681-sistec-2>
2. <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>

A plataforma destina-se à coleta, tratamento e publicização de dados oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir das informações que são migradas do SISTEC, as quais são alimentadas e atualizadas por todas as instituições que constituem a Rede Federal.

Outro importante fator investigado foi as informações de ingresso, ou seja, o perfil de ingresso dos alunos a partir das variáveis de modalidade de concorrência, considerando que no período de análise já estava em vigência a Lei nº 12.711/2012¹, conhecida como a Lei de Cotas. Os dados encontrados estão dispostos no quadro 1.

Quadro 1: Levantamento do quantitativo de ingresso através da Lei de Cotas no período de 2014 a 2019 - Curso: Edificações Integrado Ao Ensino Médio – IFPA-Campus Belém.

INGRESSO – MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA – LEI DE COTAS										
ANO	INGRESSANTES			QUANT. POR MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA ²					QUANT. POR SEXO	
	TOTAL	INGRESSO PS (A)	INGRESSO TRANSF. (B)	AC	L1	L2	L3	L4	M	F
2014	37	35	2	19	3	5	6	5	27	10
2015	38	34	4	22	4	5	5	2	24	14
2016	33	31	2	19	1	7	1	5	18	15
2017	31	30	1	17	6	2	4	2	19	12
2018	30	29	1	16	6	1	6	1	16	14
2019	31	30	1	16	10	0	5	0	19	12

Fonte: SIGAA/IFPA – CAMPUS BELÉM, extraído em 31/01/2024.

¹ A Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto deste ano, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência (BRASIL, 2012).

² Os alunos ingressantes através de transferência, foram considerados como ampla concorrência, considerando que não o deferimento do pedido não teve como peso modalidade concorrência e, sim os motivos da solicitação do requerente e a disponibilidade da vaga.

LEGENDA:

AC – Ampla Concorrência

L1 – Ter estudado integralmente o ensino fundamental em Escola Públicas no território nacional; renda per capita familiar menor ou igual 1,5 salários-mínimos e, se autodeclarar preto, pardo ou indígena.

L2 – Ter estudado integralmente o ensino fundamental em Escola Públicas no território nacional; renda per capita familiar menor ou igual 1,5 salários-mínimos.

L3 – Ter estudado integralmente o ensino fundamental em Escola Públicas no território nacional; Autodeclarado; Independente de renda e, e, se autodeclarar preto, pardo ou indígena.

L4 – Ter estudado integralmente, o ensino fundamental em Escola Públicas no território nacional – independente de renda

Nos dados identificados, percebeu-se que embora tenham ingressados alunos contemplados pela lei cotas os dados não corroboram com os percentuais estabelecidos – 50% para ampla concorrência e 50% para alunos oriundos de escola públicas. Acredita-se que o número de vagas preenchidas foi superior à 50% na modalidade de concorrência de ampla concorrência, provavelmente em função da movimentação de vagas quando não há candidatos para preenchimento das vagas de cotas, previstas nos editais do processo seletivo.

Investigou-se também o acesso feminino no curso, visto que em muito cursos a procura/acesso é predominante masculina e percebeu-se uma parcela significativa do público feminino, em torno de 40%, o que muito contribui no processo de igualdade de ingresso tanto do público masculino quanto do feminino.

Quer saber mais sobre a Lei de Cotas?



Acesse:

1. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm
2. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/14/sancionada-ampliacao-da-lei-de-cotas>
3. <http://portal.mec.gov.br/cotas/index.html>

Identificados os dados de ingresso, investigou-se a partir dos documentos institucionais – Históricos Escolares e Relatório de status de turma – o quantitativo de aluno concluintes e

não concluintes do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio.

O quadro 2, nos mostra tais dados, os quais foram especificados pelo quantitativo de alunos que concluíram o curso por modalidade de concorrência: AC (ampla concorrência) e Cota (sem especificação), para uma melhor visualização.

Quadro 2: Demonstrativo dos quantitativos de alunos que CONCLUÍRAM O CURSO X NÃO CONCLUINTES, tendo como referencial a Lei de Cotas no período de 2014 a 2019 - Curso: Edificações Integrado Ao Ensino Médio – IFPA/Campus Belém.

ANO	TOTAL DE INGRESSANTES	INGRESSO POR MODALIDADE CONCORRÊNCIA		CONCLUÍDOS POR MODALIDADE CONCORRÊNCIA		NÃO CONCLUÍDOS POR MODALIDADE CONCORRÊNCIA	
		AC	COTA	AC	COTA	AC	COTA
	TOTAL						
2014	37	19	18	15	12	4	6
2015	38	22	16	16	14	7	2
2016	33	19	14	14	9	5	5
2017	31	17	14	15	10	2	4
2018	30	16	14	15	10	1	4
2019	31	16	15	14	8	2	7

Fonte: SIGAA/IFPA – CAMPUS BELÉM, extraído em 01/02/2024.

Todavia, os dados precisavam ser mais claros e, para uma melhor observação, realizou-se a verificação dos alunos concluintes e não concluintes por cota específica. Dados disponíveis nos quadros 3 e 4.

Quadro 3: Levantamento do quantitativo de alunos que concluíram o curso, tendo como referencial a Lei de Cotas no período de 2014 a 2019 - Curso: Edificações Integrado Ao Ensino Médio – IFPA-Campus Belém.

QUANTITATIVO DE ALUNOS CONCLUÍDO POR MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA								
ANO	INGRESSANTES			MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA				
	TOTAL	INGRESSO PS (A)	INGRESSO TRANSF. (B)	AC	L1	L2	L3	L4
2014	37	35	2	15	2	3	5	2
2015	38	34	4	16	4	4	3	2
2016	33	31	2	14	1	4	1	3
2017	31	30	1	15	4	1	4	1
2018	30	29	1	15	4	1	4	1
2019	31	30	1	14	5	0	3	0
TOTAL				89	20	13	20	9

Fonte: SIGAA/IFPA – CAMPUS BELÉM, extraído em 01/02/2024.

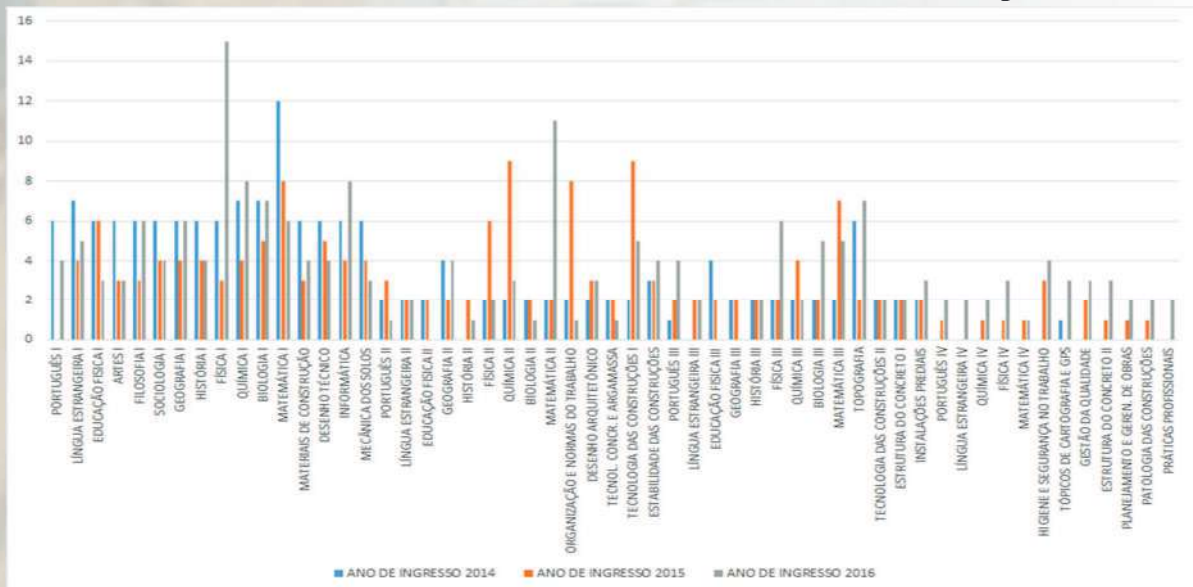
Quadro 4: Levantamento do quantitativo de alunos que NÃO concluíram o curso, tendo como referencial a Lei de Cotas no período de 2014 a 2019 - Curso: Edificações Integrado Ao Ensino Médio – IFPA-Campus Belém.

QUANTITATIVO DE ALUNOS QUE NÃO CONCLUÍRAM O CURSOS POR MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA								
ANO	INGRESSANRES			MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA				
	TOTAL	INGRESSO PS (A)	INGRESSO TRANSF. (B)	AC	L1	L2	L3	L4
2014	37	35	2	4	1	2	1	0
2015	38	34	4	7	0	1	1	0
2016	33	31	2	5	0	3	0	2
2017	31	30	1	2	2	1	0	1
2018	30	29	1	1	2	0	2	0
2019	31	30	1	2	5	0	2	0
TOTAL				21	10	7	6	3

Fonte: SIGAA/IFPA – CAMPUS BELÉM, extraído em 01/02/2024.

Identificados esses dados, passou-se a investigar o porquê do quantitativo de alunos não concluintes. Neste sentido, considerando que os ciclos de matrículas/ingressos já haviam finalizados, realizou-se um levantamento e análise de dados a partir dos boletins de notas e históricos escolares e relatórios de insucessos/reprovações, por componentes curriculares, que justificasse tais números.

Figura 1: Gráfico do Quantitativo de reprovações por componentes curriculares - Ciclos de matrículas de 2014 a 2016 - Matriz Curricular de 3,5 anos – IFPA Campus Belém.



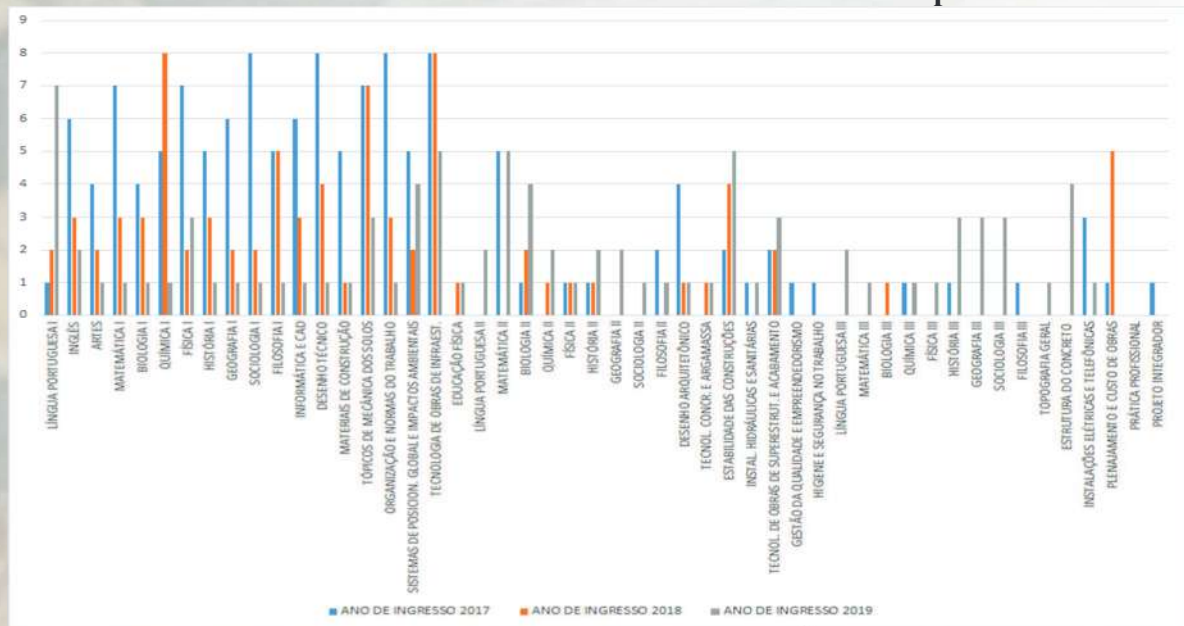
Fonte: SIGAA – IFPA CAMPUS BELÉM, 2023

Para encontrar tais informações foi necessário dividir a análise em dois períodos, 2014

a 2016 e 2017 a 2019, face às mudanças de estrutura curricular ocorridas, em 2017, no IFPA que alterou as estruturas curriculares dos Cursos Técnicos na forma integrada de 3,5 anos (conforme quadro 6) para estruturas de 3 anos (conforme quadro 07) face as prerrogativas e as definições da Lei nº 13.415/2017

Tal investigação mostrou que o maior índice de reprovações ocorre, na maioria das vezes, no primeiro ano de curso, independentemente, se as componentes são de formação geral ou componentes de formação técnica, conforme figuras 1 e 2. Tal afirmação, se deu a partir do levantamento da situação acadêmica dos alunos em situação de evasão do curso Técnico em Edificações Integrado do Ensino Médio, a partir dos boletins de notas e históricos escolares, identificados nos períodos letivos de 2014 a 2016 e 2017 a 2019, conforme quadros 5 e 6. O levantamento, mostra claramente que a evasão ocorreu, no primeiro ano de curso.

Figura 2: Quantitativo de reprovações por componentes curriculares - Ciclos de matrículas de 2017 a 2019 - Matriz Curricular de 3 anos – IFPA Campus Belém.



Fonte: SIGAA – IFPA CAMPUS BELÉM, 2023

Quadro 5: Levantamento da situação acadêmica dos alunos afastados do curso de Edificações Integrado do Ensino Médio, a partir dos boletins de notas e históricos escolares – 2014 a 2016. – IFPA-CAMPUS BELÉM

SITUAÇÃO IDENTIFICADA	ALUNOS DESLIGADOS POR ABANDONO E/OU DESISTÊNCIA																														
	ALUNOS INGRESSANTES - 2015										ALUNOS INGRESSANTES - 2016										ALUNOS INGRESSANTES - 2017										
	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10	A11	B1	B2	B3	B4	B5	B6	B7	B8	B9	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10	
Abandonou o curso no 1º ano			X	X			X	X	X	X					X						X	X	X				X	X			
Cursou o 1º ano, finalizando com insucesso total, repetindo o ano	X		X	X			X	X	X	X																					
Repetiu o 1º Ano, finalizando com dependências		X			X					X														X							
Cursou o 1º ano, finalizando com sucesso total						X																X									
Cursou o 1º ano, finalizando com retenção no 1º ano																		X							X			X	X	X	X
Cursou o 1º ano, finalizando com aprovações e dependência, podendo ser matriculado no 2º ano											X	X	X		X			X	X												
Repetiu o 1º Ano, com aprovações podendo ser matriculado no 2º ano																	X														
Não cursou as dependências do 1º ou se cursou não foi aprovado																															
Cursou o 2º ano, finalizando com insucesso total, repetindo o ano	X	X																													X
Abandonou o curso no 2º ano		X											X		X				X												X
Cursou o 2º ano, finalizando com sucesso total																				X											
Cursou o 2º ano, finalizando com retenção no 2º ano						X														X											
Cursou o 2º ano, finalizando com aprovações e dependência, podendo ser matriculado no 3º ano					X				X		X	X						X					X	X			X	X	X		
Não cursou as dependências do 2º ou se cursou não foi aprovado																															
Abandonou o curso no 3º ano					X	X			X		X							X										X	X		
Cursou o 3º ano, finalizando com insucesso total, repetindo o ano																											X				
Cursou o 3º ano, finalizando com sucesso total																															
Cursou o 3º ano, finalizando com retenção no 3º ano																															
Cursou o 3º ano, finalizando com aprovações e dependência, podendo ser matriculado no 4º ano												X											X	X				X			
Não cursou as dependências do 3º ou se cursou não foi aprovado																															
Cursou o 4º ano, concluindo o curso																															
Não cursou o 4º ano, abandonando o curso neste período letivo																							X	X				X			

Fonte: SIGAA – IFPA – CAMPUS BELÉM, 2023

Quadro 6: Levantamento da situação acadêmica dos alunos afastados do curso de Edificações Integrado do Ensino Médio, a partir dos boletins de notas e históricos escolares – 2017 a 2019. – IFPA-CAMPUS BELÉM

SITUAÇÃO IDENTIFICADA	ALUNOS DESLIGADOS POR ABANDONO E/OU DESISTÊNCIA																	
	ALUNOS INGRESSANTES - 2017					ALUNOS INGRESSANTES - 2018					ALUNOS INGRESSANTES - 2019							
	D1	D2	D3	D4	D5	E1	E2	E3	E4	E5	F1	F2	F3	F4	F5	F6	F7	F8
Abandonou o curso no 1º ano	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X		X					
Cursou o 1º ano, finalizando com insucesso total, repetindo o ano		X	X	X	X					X								
Repetiu o 1º Ano, finalizando com dependências										X								
Cursou o 1º ano, finalizando com sucesso total						X	X					X				X		X
Cursou o 1º ano, finalizando com retenção no 1º ano	X												X		X			
Cursou o 1º ano, finalizando com aprovações e dependência, podendo ser matriculado no 2º ano											X			X		X		
Repetiu o 1º Ano, com aprovações podendo ser matriculado no 2º ano																		
Não cursou as dependências do 1º ou se cursou não foi aprovado																		
Cursou o 2º ano, finalizando com insucesso total, repetindo o ano																		
Abandonou o curso no 2º ano																		
Cursou o 2º ano, finalizando com sucesso total												X						
Cursou o 2º ano, finalizando com retenção no 2º ano																	X	
Cursou o 2º ano, finalizando com aprovações e dependência, podendo ser matriculado no 3º ano														X				
Não cursou as dependências do 2º ou se cursou não foi aprovado																		
Abandonou o curso no 3º ano																		
Cursou o 3º ano, finalizando com insucesso total, repetindo o ano																		
Cursou o 3º ano, finalizando com sucesso total																		
Cursou o 3º ano, finalizando com dependência												X		X				
Não cursou as dependências do 3º ou se cursou não foi aprovado																		

Fonte: SIGAA – IFPA – CAMPUS BELÉM, 2023

1.1.2 – As Políticas Públicas do IFPA

A literatura investigada mostra que as causas da evasão escolar se dão por questões multiformes, prevalecendo as questões econômicas. Como evidencia o estudo realizado por Rosemary Dore e Ana Zuleima Luscher (2011), na Educação Profissional de Minas Gerais. As pesquisadoras identificaram 12 causas de evasão escolar, destacando, em primeiro lugar, o abandono do curso por motivo de emprego/trabalho (36,56%), as quais na maioria das vezes está relacionada às condições socioeconômicas do estudante, obrigando o mesmo a optar pelo trabalho ao invés do estudo

Diante deste fato, procurou-se investigar se tal situação se replicava no curso pesquisado. Visto que, dentre as ações administrativas, identificou-se que a instituição desenvolve políticas públicas com o intuito de atenuar os índices de evasão escolar nos cursos ofertados pela instituição. Destacamos as políticas de assistência estudantil, as quais correspondem a um conjunto de ações que visa a permanência e êxito acadêmico dos alunos, visando a inclusão social, a formação plena, a produção do conhecimento e a melhoria do desempenho acadêmico.

Essas políticas estão amparadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) criado através do Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010). O plano surgiu para apoiar a permanência de estudantes de baixa renda com o objetivo de contemplar alunos matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs), viabilizando a igualdade de oportunidades entre os estudantes e contribuição para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão, considerando que as altas taxas de evasão eram relacionadas por questões socioeconômicas.

Deste modo, o IFPA regulamentou e ampliou o PNAES – a partir das Resoluções nº 147/2016-CONSUP/IFPA, nº 07/2020-CONSUP/IFPA e nº 08/2020-CONSUP/IFPA – a concessão das Políticas de Assistência Estudantil aos estudantes regularmente matriculados nos cursos ofertados pelo IFPA, de todos os níveis e modalidades de ensino. Desde que esses estudantes estejam comprovadamente em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de garantir acesso, permanência e êxito em seu percurso acadêmico. Ou seja, como estratégia de atenuar as taxas de evasão. Dentre os auxílios, destacamos: o Auxílio Permanência, o Auxílio à Pessoa com Deficiência, o Auxílio Assistência Ensino, o Auxílio Assistência Pesquisa, o Auxílio eventual, entre outros.

Os auxílios financeiros são repassados diretamente aos estudantes, desde que atendidos os critérios estabelecidos. Além dessa ajuda financeira, a instituição oferece como assistência

estudantil porções alimentares (merenda escolar), com intuito de garantir a segurança alimentar e nutricional, de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social. (IFPA, 2020).

Quer saber mais sobre o Assistência Estudantil?



Acesse: <https://belem.ifpa.edu.br/assistencia-estudantil>

1.1.3 Os participantes da pesquisa.

Finalizados os levantamentos documentais e das políticas públicas implantadas no IFPA, partiu-se para o diálogo com os alunos, a partir da aplicação de questionários e entrevistas. Foram convidados 10 alunos, dos quais 8 alunos, se propuseram a participar da pesquisa. Destes, 4 alunos que, em algum momento, afastaram-se do curso, mas retornam e concluíram o curso e 4 alunos que abandonaram o curso de fato. Nosso intuito foi identificar as causas da evasão do curso eleito desta pesquisa a partir das vozes dos próprios alunos.

Os entrevistados responderam um questionário com perguntas de múltiplas escolhas e participaram de uma entrevista semiestruturada, na qual responderam perguntas pré-definidas e demais perguntas que surgissem durante a entrevista.

1.1.4 Resultado do Questionário

O questionário, nos trouxe informações relevantes, a partir das categorias elencadas.

1. Variável – Fatores Econômicos

Quanto aos fatores econômicos, percebe-se que existe igualdade em percentuais. Neste mesmo tópico, questionou-se aos colaboradores que trabalham se o emprego era em área relacionada ao curso de Edificações. A resposta foi 100% negativa, inclusive dos alunos que haviam concluído o curso.

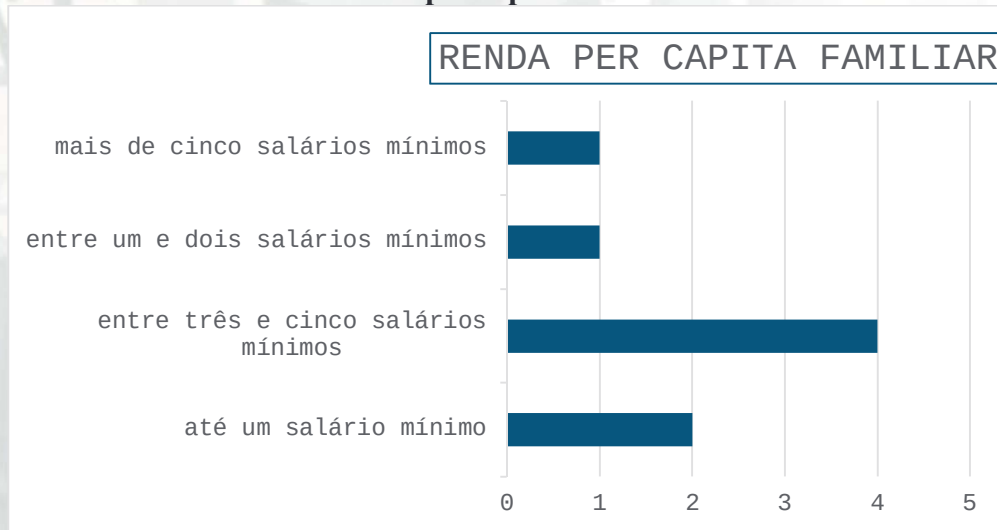
Figura 3: Demonstrativo do percentual de alunos que trabalham x não trabalham



Fonte: Questionário – dez/2023

Os entrevistados também nos forneceram a informação sobre a renda per capita familiar que se encontram atualmente, conforme figura 4. Os dados nos evidenciam que há alunos que se encontram com uma renda familiar per capita abaixo de um salário-mínimo.

Figura 4: Demonstrativo da renda per capita familiar dos entrevistados.

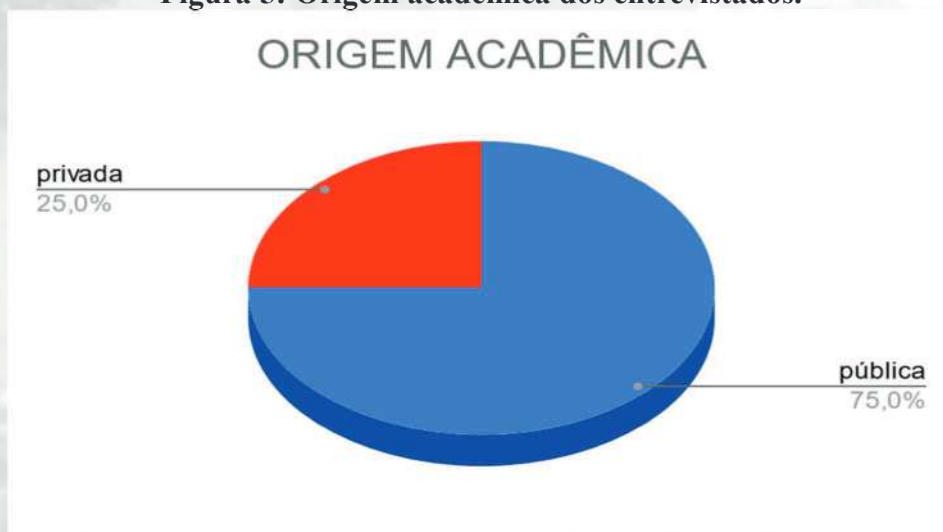


Fonte: Questionário – dez/2023

2. Variável – Escolaridade

Os alunos entrevistados são oriundos tanto de escolas públicas quanto privadas, sendo que a maioria é de escolas públicas, conforme a figura 5.

Figura 5: Origem acadêmica dos entrevistados.



Fonte: Questionário – dez/2023

3. Variável - Educação Profissional e Tecnológica

A educação profissional e tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996 (LDB) com a finalidade precípua de preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade (BRASIL, 2008).

A partir do seu significado e importância, investigou-se se os alunos entrevistados tinham o mesmo conhecimento sobre a definição do ensino profissionalizante e tecnológico ofertado

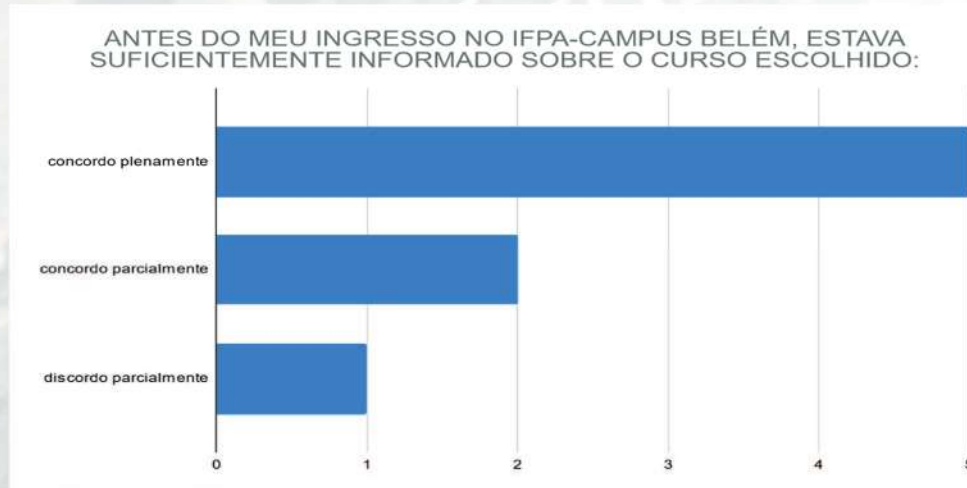
pelo IFPA/Campus Belém, quando questionados sobre a escolha do curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio. De acordo com as respostas dos entrevistados, 50% responderam que queriam somente adquirir novos conhecimentos (figura 6), pois, além de estarem seguros com suas escolhas, tinham pleno conhecimento do caminho formativo do curso (figura 7).

Figura 6: Motivos da escolha do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio pelos entrevistados.



Fonte: Questionário – dez/2023

Figura 7: Levantamento sobre o itinerário formativo do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio.



Fonte: Questionário – dez/2023

4. Variável – Motivação para evasão escolar.

As causas do afastamento dos alunos da Educação Profissional e Tecnológica vêm sendo investigadas por todas as instituições que compõem a Rede Federal de Ensino, problemática apontada pelo TCU em 2013. Neste sentido, elencamos 7 possibilidades dessas causas. A mais

apontada pelos entrevistados, com 75%, foi a falta de apoio da instituição onde estão inseridos, como: ausência de nivelamento de estudos, auxílio financeiro e pedagógico. Seguida da dificuldade de aprendizagem (50%), por terem recebido um ensino fundamental muito fragmentado. Por não se identificarem com o curso e com a educação profissional recebeu um percentual de 25%, conforme é demonstrado na figura 8.

Figura 8: As causas da evasão escolar no Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio.



Fonte: Questionário – dez/2023

Colocar várias situações em uma única resposta foi proposital, pois habilitar um aluno para preencher somente uma vaga disponível na educação profissional e tecnológica não é o objetivo do IFPA, mas formar o cidadão de forma humana, em todos os aspectos, com educação omnilateral, humanista e científica (CIAVATTA, 2014). Neste sentido, entende-se que a instituição deve oferecer condições para que o aluno se sinta acolhido e não excluído. Disponibilizando apoio pedagógico e possibilidades de nivelamento de estudos e apoio financeiro, dentro de suas possibilidades orçamentárias.

5. Variável – Políticas de Permanência e Êxito.

As políticas públicas de permanência e êxito acadêmico – que tratam da concessão de políticas de Assistência Estudantil no IFPA – estão regulamentadas pelo PNAES e PDI/IFPA. Atualmente, estão em vigor as Resoluções nº 07/2020-CONSUP/IFPA e Resolução 08/2020-CONSUP/IFPA. Essas resoluções foram implementadas e ampliadas a partir de legislações

anteriores, com vistas a atender todos os alunos do IFPA, de todos os níveis e modalidades de ensino, quando comprovado situação de vulnerabilidade social. Especialmente, com o objetivo de garantir acesso, permanência e êxito em seu percurso acadêmico, como estratégia de atenuar as taxas de evasão.

Todavia, a política não tem orçamento para atender a todos os alunos que necessitam de apoio financeiro, conforme podemos verificar na figura 9, onde somente um aluno entrevistado recebeu o auxílio no período em que realizou o curso. Vale ressaltar que o aluno contemplado finalizou o curso com êxito esperado.

Figura 9: Percentual de alunos entrevistados do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio que receberam algum tipo de auxílio estudantil (financeiro).



Fonte: Questionário – dez/2023

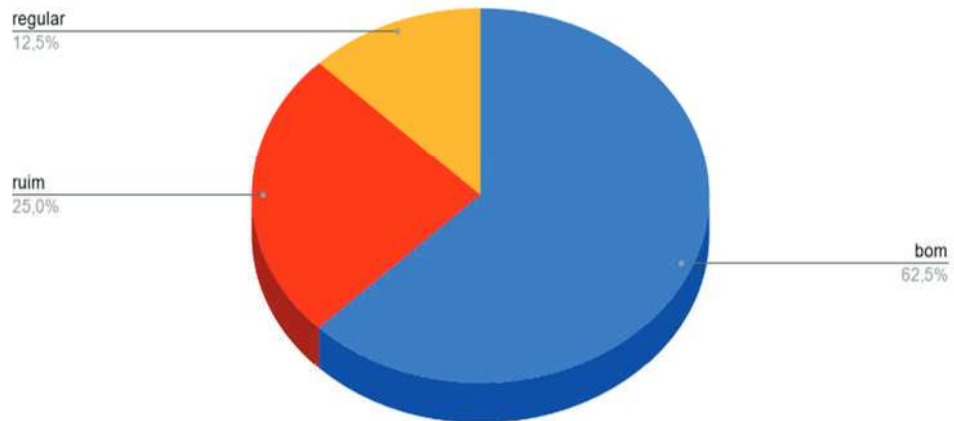
O gráfico 10 demonstra que, mesmo não sendo atendidos de forma ampla e na sua totalidade, 75% dos alunos entrevistados classificaram como “BOM” as políticas de permanência e êxito. No entanto, 25% acreditam ser “RUIM”. Permite-se esclarecer que o IFPA/Campus Belém é o maior campus em oferta de cursos e, conseqüentemente, em número de alunos.

No período do recorte desta pesquisa, o campus ofertava 12 cursos de nível médio integrado, 18 cursos de nível médio subsequente e 9 cursos de graduação com a aproximadamente 5 mil alunos. Destes, a sua maioria encontrava-se com renda per capita familiar abaixo de 1,5 salários-mínimos. Um dado significativo para apontar a necessidade de ampliação dessas políticas de auxílio estudantil para atender esses alunos com orçamento

insuficiente. Estimativa não se difere da atual.

Figura 10: Como você considera as Políticas de Permanência e êxito adotadas pelo IFPA.

COMO VOCÊ CONSIDERA AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA E ÊXITO
(AUXÍLIO ESTUDANTIL, MERENDA ESCOLAR, MATERIAL DIDÁTICO,
ENTRE OUTRAS) ADOTADAS PELO IFPA?



Fonte: Questionário – dez/2023

1.1.5 - Resultado da Entrevista

A entrevista foi do tipo semiestruturada, todavia nosso intuito era abordar as questões pontuadas a seguir. Neste sentido, sintetizamos as respostas dos entrevistados para as análises posteriores.

1- Na sua opinião qual/ quais o(s) principal(is) motivo(s) que tem levado os alunos a evadirem-se do curso técnico que você ingressou?

Respostas dos entrevistados

AEF20-1	- A distância entre minha casa e a instituição, aumentado pelo trânsito – provocando cansaço físico e mental; - Recursos financeiros; - Ensino fundamental muito básico;
AEM19-2	- Não me identifiquei com o curso. Não está claro a formação no Edital;
AEM21-3	- Eu acredito que a primeira decepção de esperar algo que se pensa que possa acontecer e quando chega não é o que ele esperava; - Não está claro no site (da instituição), não tem nada explicando;
AEM22-4	- Eu queria fazer o curso de edificações, até fiz curso preparatório tudinho. Fiz com essa intenção, porque meu pai é pedreiro. É, mas quando chegou na conclusão do primeiro ano, eu parei para pensar e falei “não é isso que eu quero de verdade. Eu quero algo diferente. Isso não é a minha praia, não me identifiquei com o curso”; - A COVID contribui para eu desistir porque eu morava com minha vó;
AEF21-5	- Dificuldade de abordagem que alguns professores; - Dificuldade do aprendizado ao longo do ano escolar; - PANDEMIA 2020 e aulas remotas;
AEM20-6	- Dificuldade de aprendizado. Antes de entrar no IF, eu já imaginava que ia ser algo puxado. A gente conseguiu terminar o primeiro ano na pandemia e aí eu acho que eu fui perdendo interesse pelo curso por ficar parado mesmo;
AEF22-7	- Dificuldade de aprendizagem; Excesso de carga horária, trabalhos; - Professores difíceis de lidar; Eu Acredito que a maioria dos alunos não sabem onde estão;
AEF22-8	- O Tempo e a carga horária para fazer um curso técnico e tirar o ensino médio;

2- Na sua opinião, como a instituição deve combater a evasão escolar?

Respostas dos entrevistados

AEF20-1	- Editais mais claros (linguagem), dificuldade de interpretação; - Os alunos tinham problemas de entender o que os professores falavam (explicavam);
AEM19-2	- Informar melhor cada curso, como palestras, vídeos sobre o curso;
AEM21-3	- Vídeos, palestras antes de iniciar o curso [antes de realizar a inscrição], assim a gente se engana menos;
AEM22-4	- Visitas técnicas. Dava pra ver o ambiente de um possível trabalho; - Motivava o pessoal. Eu prestava mais atenção quando era visita técnica;
AEF21-5	- Oferta de projetos de extensão e pesquisa; - Grupos de estudos como forma de projetos para os discentes e docentes; - Evitar aulas em contraturno;

AEM20-6	- O Edital é muito complexo. Eu diria que um simples vídeo, sei lá, alguma. Mostrando o instituto assim para as pessoas, falando o que é que eles faziam lá, até porque eu acho que vídeo ele é, ele é mais fácil de entender do que tu lê um texto;
AEF22-7	- Salas melhores, para estudar, lugar de descanso, uma boa alimentação e também, os auxílios;
AEF22-8	- Flexibilizar (tanto médio quanto o ensino médio).

3- Você acredita que as ações dos professores fazem diferença para aumentar ou diminuir a evasão escolar?

Respostas dos entrevistados

AEF20-1	- Contribuem para diminuir, os professores são atenciosos, tiram dúvidas quando necessário. Há professores que criam uma ponte para auxiliar os alunos. Mas há aqueles indiferentes. São acelerados na metodologia de ensino, o que prejudica os alunos que estão se adaptando em nova realidade;
AEM19-2	- Em parte, uns são indiferentes, outros bem presentes;
AEM21-3	- Eu acredito que o professor ele não contribua com a evasão, porque só pelo fato de ser professor ele está ali para contribuir a mais;
AEM22-4	- É indiferente. Eles fazem os trabalhos deles;
AEF21-5	- Contribuem para diminuir, conversando, trazendo palestrantes, proporcionando eventos sobre assuntos específicos, contribuíram muito para levar o aluno a permanecer na instituição e gostar de ter um envolvimento educacional;
AEM20-6	- Os professores tentam de tudo para fazer com que o aluno continue, mas me sentia pressionado pelos conteúdos;
AEF22-7	- Depende muito do professor. Tem professores que conseguem te fazer ficar, é te ajudando nas matérias. Tem professores que passam exercícios de fixação, que ajuda muito. Ficam dando sermão nos alunos. E isso atrapalha bastante o desempenho. Eu, por exemplo, fui uma aluna exemplar, mas eu tive muitos professores que me jogaram um para baixo, diziam que eu não era competente ou que eu não estava me esforçando o suficiente;
AEF22-8	- Aumentar a evasão. Foi um dos motivos que também me desmotivou.

A próxima pergunta foi direcionada somente para os alunos que abandonaram o curso, não concluintes.

4- Você abandonou o curso técnico. Por quê?

Respostas dos entrevistados

AEM22-4	- Fiz a prova com a intenção de cursar. É, mas quando chegou na conclusão do primeiro ano, eu parei para pensar e falei, não é isso que eu quero de verdade. Eu quero algo diferente. Isso não é a minha praia, não me identifiquei com o curso.
AEF21-5	- Abandonei, porque de imediato me senti apavorada com a disciplina de estabilidade, sentia que não conseguiria terminar o curso. E, também porque me mudei. Minha família foi pra outro estado.
AEM20-6	- A gente conseguiu terminar o primeiro ano na pandemia e aí eu acho que eu fui perdendo interesse pelo curso por ficar parado mesmo.
AEF22-8	- Mudança de domicílio, mas principalmente pelo tempo que precisaria ter para fazer um curso técnico junto com o médio. Eu segui outro caminho, mas dentro da área de edificações. Hoje faço Arquitetura e, gosto muito do meu curso.

A pergunta abaixo foi realizada somente para os alunos que abandonaram o curso, mas retornaram e concluíram.

4 - No decorrer do curso há um momento de abandono/afastamento e posterior reingresso. Qual o motivo desse afastamento e/ou abandono e qual principal motivo do retorno?

Respostas dos entrevistados

AEF20-1	- Meus pais, meus professores. Hoje faço fisioterapia
AEM19-2	- Eu queria seguir engenharia, porque o curso, era nessa área, voltado para a área de engenharia, arquitetura. Eu, hoje faço Civil, mas não trabalho como técnico por causa da faculdade.
AEM21-3	- Pelo meus pais e porque eu precisava do ensino médio para entrar na faculdade. Hoje faço Libras.
AEF22-7	- Porque eu amo o meu curso. Esse é o principal fator. Eu adoro meu curso. Realmente é uma área que eu pretendo seguir. É uma área que eu me identifico

2. ANÁLISE DOS DADOS

Os dados levantados foram organizados e categorizados para análise e interpretação. Segundo Bardin (1977) a análise consiste em um conjunto de técnicas de análises das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Assim, para alcançar os resultados seguiu-se as análises a partir das categorias identificadas, estabelecendo a relação entre o objetivo da pesquisa com os dados coletados, tanto documental quanto das vozes dos entrevistados(alunos), ou seja, os resultados da pesquisa. Para tanto, destacando as discussões e as inferências sustentadas através da passagem narrativas dos participantes, dos dados oriundos dos documentos acadêmicos, dados estatísticos, questionário e entrevista realizada com os alunos, que apresentamos nas unidades de análise a seguir:

2.1 Indicadores de evasão dos ciclos de matrículas (2014-2019) do Curso Técnico em Edificações Integrado do Ensino Médio.

A investigação recaiu sobre os ciclos de matrículas de 2014 a 2019, pois identificou-se a necessidade de delimitar um período. Definido o período de 6 anos, colocou-se em pauta o histórico de ingresso de alunos, número de alunos abandonados e evadidos, números de alunos cancelados por anos de ingresso e o número de alunos concluintes com o propósito de obter os índices de evasão escolar e de eficiência acadêmica.

Os dados acima citados foram possíveis de ser adquiridos através da própria instituição, *locus* da pesquisa, tendo em vista que o IFPA/Campus Belém tem em sua estrutura organizacional o Departamento de Registros e Indicadores Acadêmicos (DRIA). O setor é responsável por todas as informações relacionadas às matrículas de alunos dos níveis técnico e graduação, portanto uma fonte estratégica para obtenção dos dados para o desenvolvimento e análise quantitativa desta pesquisa.

Nos ciclos de matrículas foram identificados os quantitativos de alunos com os seguintes status: cancelados, abandono, evadido, transferido os quais correspondem à situação de evasão escolar; alunos com status de concluídos que correspondem ao quantitativo de alunos com êxito acadêmico; e alunos com status de ativo/matriculados que possuem possibilidades de conclusão do curso.

Os dados levantados possibilitaram uma visão mais ampla sobre o problema no curso de estudo. O resultado do histórico de alunos ingressantes no Curso Técnico em Edificações

integrado ao ensino médio, no período de 6 anos e a situação acadêmica, identificado por ano, permitiu construir o quadro da evasão no curso investigado a partir do período que se tomou por análise temporal. Conforme pode-se verificar no quadro 7.

Quadro 7: Status de matrícula por ano de ingresso – 2014 a 2019 - Curso: Edificações Integrado Ao Ensino Médio – IFPA-Campus Belém

ANO	STATUS DE MATRÍCULAS POR ANO/CICLO E INDICADORES ACADÊMICOS										
	INGRESSANTES			EVAÇÃO			ATIVOS		CONCLUSÃO	ÍNDICES	
	TOTAL (A)	INGRESSO PROCESSO SELETIVO (B)	INGRESSO TRANSF. (C)	DESLIGADOS/ TRANSF (D)	EVADIDO (E)	ABANDONO (F)	ATIVO (G)	TRANCADO (H)	CONCLUÍDO (I)	TAXA DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA (%) (J)	TAXA DE EVAÇÃO (%) (K)
2014	37	35	2	11	0	0	0	0	26	70,27	29,73
2015	38	34	4	9	0	0	0	0	29	76,32	23,68
2016	33	31	2	4	0	6	0	0	23	69,70	30,30
2017	31	30	1	4	0	1	0	0	26	83,87	16,13
2018	30	29	1	3	0	2	0	0	25	83,33	16,67
2019	31	30	1	8	1	0	1	0	21	70,97	29,03
MÉDIA TOTAL										75,74	24,26

Fonte: SIGAA/IFPA Campus Belém, extraído em 31/01/2024.

Para identificar as possíveis causas da evasão escolar no Curso de Edificações, mapeou-se as situações acadêmicas e/ou status de matrículas, conforme quadro 4, onde a coluna (A) é o quantitativo total de alunos ingressante no ciclo de matrícula, a partir da somatória de alunos ingressantes por processo seletivo, coluna (B), e o quantitativo de alunos ingressantes por processo de transferência (interna ou externa)³, coluna (C).

As colunas (D), (F) e (G) correspondem aos alunos que caracterizam a evasão escolar, classificados na condição de DESLIGADOS, EVADIDOS⁴ e ABANDONADOS⁵, contabilizados, a partir do quantitativo de alunos ingressantes de cada ciclo de matrícula.

É importante ressaltar que os alunos identificados como desligados se resguardam às análises realizadas nos documentos institucionais, tais como: processos de desligamento acadêmicos, instituídos pela Coordenação do Curso, e documentos de manifestação voluntária

7 Transferência Interna quando o aluno é oriundo de outro Campus do IFPA e, transferência externa, quando o aluno é oriundo de outro Instituto Federal, ou em cumprimento a Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997(Transferência Ex-Ofício).

4 O Regulamento Didático do IFPA, esclarece que aluno EVADIDO, é aquela que está sem registro de matrícula por um período letivo, ou seja, por um ano, visto que os Cursos de Nível Médio Integrado, são anuais.

5 Os alunos com status de ABANDONO, são aqueles que não renovaram matrículas por mais de dois períodos letivos, ou seja, por dois anos, conforme rege o Regulamento Acadêmico da Educação Básica e Profissional, aprovado pela Resolução nº 945/2023/CONSUP/IFPA

dos próprios alunos, os quais são identificados como Termo de Cancelamento de Matrícula, processos administrativos de desistência voluntária ou processos de solicitação de transferência.

As colunas (G) e (H) são de alunos considerados em atividade regular - ATIVOS, regularmente matriculados e os TRANCADOS, alunos que foram autorizados a um afastamento provisório, devendo retornar aos estudos após o término do período concedido, conforme estabelece o Regulamento Acadêmico da Educação Básica e Profissional, aprovado pela Resolução nº 945/2023/CONSUP/IFPA. E a coluna (I) corresponde ao quantitativo de alunos que concluíram o curso.

Em buscas de respostas à nossa problemática, analisou-se os boletins de notas, históricos escolares dos alunos com status de cancelamento, abandono e evadido, por período letivo. Além de documentos institucionais como processos de desligamentos e transferência, onde foram identificadas as seguintes informações:

a) **Nos documentos institucionais, identificou-se em termos de números que:**

- 19 alunos solicitaram Cancelamento de Matrícula.
- 18 alunos foram desligados por abandono de curso ou por ter ultrapassado o prazo máximo do decurso o curso.
- 09 alunos com status de abandono (estudaram pelos menos um período letivo), com possibilidade de desligamentos institucionais, pois estão há mais de dois períodos letivos anuais, sem registros de matrículas.
- 01 aluno com status de evadido, sem registros de matrículas há período letivo, com possibilidades significativas de retornar aos estudos.

b) **Nos históricos escolares e boletins de notas, identificou-se as seguintes situações de abandono e/ou evadidos que há alunos:**

- Não cursaram nenhum componente curricular;
- Cursaram o primeiro ano com poucas aprovações;
- Cursaram dois anos do curso com poucas aprovações
- Cursaram três anos de curso, sem a conclusão total.

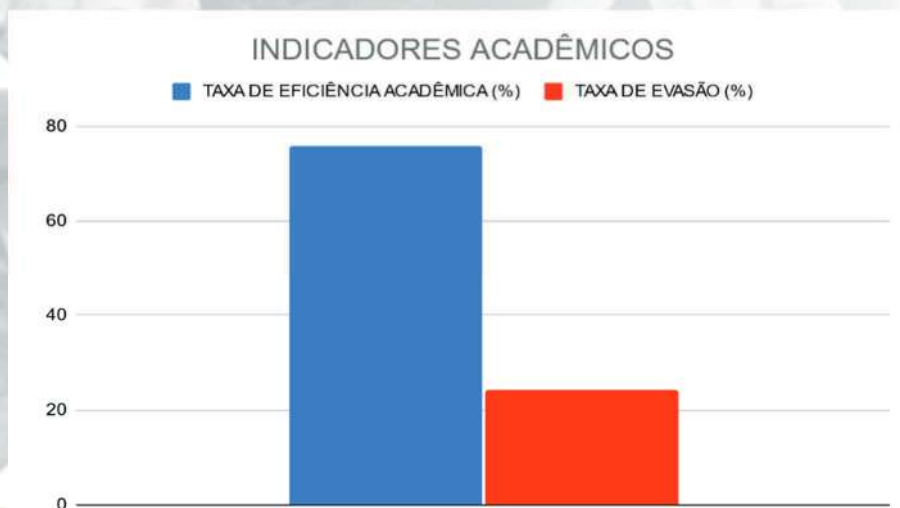
Diante das situações identificadas, e seus quantitativos, calculou-se as taxas de evasão e de eficiência acadêmica por ciclo de matrícula, as quais podem ser identificadas nas colunas (J) e (K) do quadro 04. E, para obter essas taxas foram utilizadas as fórmulas matemáticas abaixo:

$$\text{Taxa de Evasão} = \frac{[(D)+(E)+(F)] \times 100\%}{(A)}$$

$$\text{Taxa de Eficiência Acadêmica} = \frac{[(G)+(H)+(I)] \times 100\%}{(A)}$$

Ressalta-se que os dados para calcular a taxa de evasão foram considerados os quantitativos de alunos desligados, abandonados e evadidos. E para calcular a taxa de eficiência acadêmica os quantitativos de alunos ativos, trancados e concluídos. Salienta-se que os alunos ativos são aqueles que estão em plena atividade acadêmicas, com possibilidade de conclusão do curso, e os alunos trancados com possibilidades de retomada dos estudos após a finalização do período de trancamento concedido. Deste modo, acredita-se que eficiência acadêmica são todos os alunos que concluíram o curso e os que ainda estão em atividades acadêmicas ou afastado por um breve período, pois possuem vínculo acadêmico regular.

Figura 11: Visão geral da evasão escolar no curso em edificações integrado ao ensino médio – 2014 a 2019 – IFPA/Campus Belém



Fonte: SIGAA – IFPA CAMPUS BELÉM (2024) Organizado pela autora

Neste sentido, nos ciclos de matrículas de 2014 a 2019 ingressaram no curso pesquisado um total de 200 alunos, dos quais 49 alunos abandonaram e/ou evadiram. Em percentuais é demonstrado no Gráfico 01 – Visão geral da evasão escolar no curso em edificações integrado ao ensino médio – 2014 a 2019 – IFPA/Campus Belém. Esses dados são expressos nos

indicadores acadêmicos⁶ e têm desdobramentos na eficiência acadêmica⁷ e na taxa elevada de evasão escolar, presentes na figura 02:

Os índices de evasão identificados por ciclo da matrícula – na coluna (K) do Quadro 04, quanto ao índice geral demonstrado na figura 02 – evidenciam que os índices de evasão não atendem aos aceitáveis pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que aponta como taxas aceitáveis de evasão e retenção o percentual de até 15%. (BRASIL, 2014). Diante dos percentuais identificados, buscou-se respostas que mostrassem o porquê do percentual médio de 24,26%, no período analisado, a partir das vozes dos entrevistados. Para tanto, utilizou-se a aplicação de questionário e entrevista semiestruturada com o objetivo de conhecer o perfil econômico e, principalmente, o acadêmico. Informações que serviram para compreender o percentual de evasão no curso pesquisado e identificar os fatores que impactaram no percurso formativo dos estudantes, ocasionando o afastamento do curso para o qual se propuseram realizar.

2.2 Os fatores que impactam no desempenho formativo do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio.

Quanto aos dados identificados nas figuras 1 e 2, localizadas no subitem 1.1, a pesquisa demonstra um significativo quantitativo de reprovações no primeiro ano do curso, ou seja, percebeu-se que os alunos tiveram dificuldades de aprendizados, tanto em componentes curriculares de formação geral quanto de formação profissional. Esta informação não difere se a matriz curricular a ser cumprida pelo estudante era de 3,5 anos ou 3 anos, conforme pode-se observar nas figuras 03 e 04, também disposta neste subitem.

As informações obtidas no levantamento de insucessos/reprovações nos fazem perceber que alguns alunos tiveram dificuldades no aprendizado, podendo ser de diversas naturezas e, especialmente, dentre elas, um ensino fundamental muito fragmentado independente da sua origem acadêmica – pública ou privada. Ao encontro à essa realidade, citamos Behrens (2011, p.59) quando o autor afirma que “o grande desafio da visão holística será a superação do saber fragmentado que foi dividido nas escolas em disciplinas isoladas, assemelhando-se ao trabalho na indústria que se tornou especializado e repartido em setores”. Tal afirmação nos faz perceber que o ensino fragmentado provocou na escola marcas esmagadoras, as quais, na maioria das

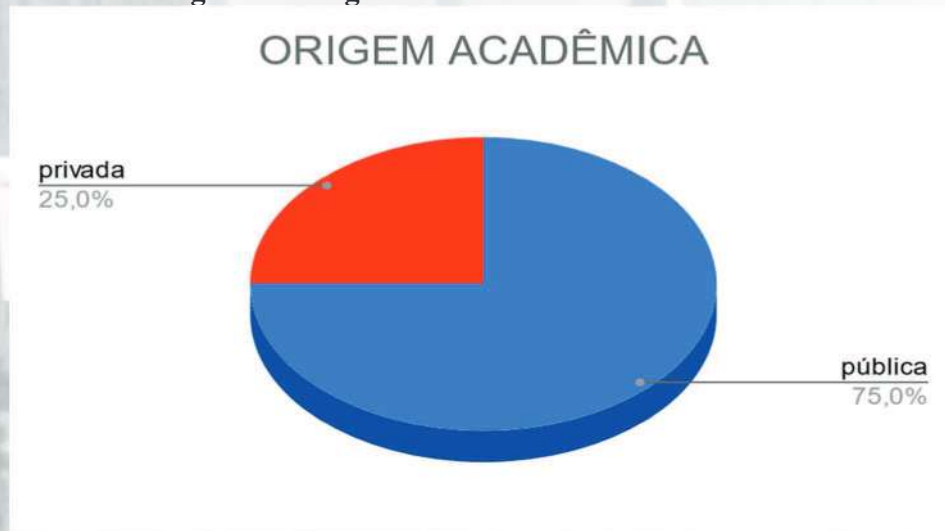
6 Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os indicadores educacionais “atribuem valor estatístico à qualidade do ensino, atendo-se não somente ao desempenho dos alunos, mas, também, ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas”.

7 Indicador que mede o percentual de alunos que concluíram o curso com êxito dentro do período previsto, acrescido de um percentual (projeção) dos alunos retidos no ano de referência que possui expectativas de concluir o curso.

vezes provocaram o retardamento da conclusão do curso e/ou seu afastamento total (abandono).

A figura 05, localizada no subitem 1.1.4 (**resultado do questionário**), e destacada novamente, evidencia que tanto alunos da rede pública quanto da rede privada tiveram dificuldades de aprendizado. Considerando que o público selecionado para a pesquisa são alunos que em algum momento se afastaram do curso ou o abandonaram definitivamente, percebeu-se que os alunos oriundos da rede pública foram os mais afetados.

Figura 5: Origem acadêmica dos entrevistados.



Fonte: Questionário – dez/2023

A fragmentação dos conhecimentos ocorrida no ensino fundamental pode ter contribuído para o percentual elevado de insucessos/reprovações no primeiro ano do curso, como evidenciado nas figuras 1 e 2, pois os alunos adentram o ensino profissionalizante desnivelados em relação a alguns conteúdos, dificultando seu aprendizado tanto na formação básica e, principalmente, na formação profissional.

Tal situação foi corroborada pelos próprios entrevistados quando questionados acerca dos motivos do afastamento do curso. A resposta com maior destaque, com 75% de indicação, foi a falta de apoio institucional quanto a falta de: nivelamento de estudos, assessoria pedagógica e auxílio financeiro. Seguida pela de dificuldade de aprendizagem (50%) e por não identificação com o curso e com a educação profissional (25%).

Observou-se que o ensino fundamental, muito fragmentado, trouxe consequências significativas para 50% dos entrevistados, como citamos a fala do entrevistado AEM22-4 ao afirmar que: “tive muita dificuldade nessa área de cálculo, foi muito difícil[...] porque tinha certas coisas(ensinamentos) que vem como padrão de um fundamental bem estruturado, que eu não tinha, nunca tinha visto”, acarretando o abandono do curso que pode ter ocorrido pela falta

de nivelamento de estudos e/ou dificuldade de aprendizagem. A fala do entrevistado AEM22-4 vai ao encontro de Morgado et al. (2011) quando afirmam que muitos alunos apresentaram dificuldades de aprendizagem especialmente em disciplinas que dependem de conceitos básicos da matemática, raciocínio lógico e concreto, língua portuguesa e gramática.

Diante das afirmações dos autores e do entrevistado EAM22-4, percebe-se que os alunos com maior *déficit* de conhecimentos (face a um ensino fragmentado) possuem maior dificuldade de aprendizado e são mais propensos à evasão escolar. Problema que poderia ser atenuado com um programa de nivelamento de estudos, possibilitando um processo de ensino-aprendizado de igualdade. Visto que, como supracitado, nas respostas obtidas 75% dos entrevistados afirmam que a falta de nivelamento de estudos, entre outros, foi a principal causa da evasão escolar/afastamento no curso pesquisado.

Apesar de apenas 25% dos colaboradores ter respondido em questionário que a causa da evasão foi por não se identificar com curso escolhido, na realização das entrevistas a maioria informa não ter conhecimento do caminho formativo do curso. Como destacamos nas falas dos seguintes entrevistados:

AEM19-2: *“Não me identifiquei com o curso. Não está claro a formação no Edital”*;
 AEM22-4: *“Não me identifiquei com o curso. Não está claro a formação no Edital”*e;
 AEM20-6: *“O Edital é muito complexo. Eu diria que um simples vídeo, sei lá, alguma. Mostrando o instituto assim para as pessoas, falando o que é que eles faziam lá, até porque eu acho que vídeo ele é, ele é mais fácil de entender do que tu lê um texto”*

Alguns até acreditavam que, ao final do curso, teriam a formação de pedreiro, porque os pais e/ou tios exerciam tal profissão. Tal observação nos remete à Bernard Charlot (2014) quando o autor afirma que a evasão significa uma ação de fuga, uma ação de quem foge de algo. Os alunos não evadem, nem abandonam a escola: eles nunca entraram nela. Eles são matriculados administrativamente, estão presentes fisicamente, mas nunca entenderam o que consiste em estar lá.

No entanto, vale observar que mesmo diante das dificuldades de aprendizagem apontadas pelos entrevistados e desencontros formativos: 50% dos alunos venceram os obstáculos e concluíram o curso, 25% ingressaram com a intenção de somente adquirir o ensino médio, como podemos destacar a fala do entrevistado AEM21-3 que concluiu o curso, mas, ao ser questionado se pretendia seguir a carreira de técnico em edificações, respondeu: “eu me desinteressei um pouco pelo curso, porque não era o que eu esperava, só queria terminar por causa do meu pai e por uma necessidade de ter o ensino médio”.

Na manifestação desse entrevistado, percebe-se que alguns estudantes, para não contrariar

os pais, ou decepcioná-los, se submeteram em realizar um curso que não representava suas escolhas profissionais, mas o direcionava a alcançar outros objetivos – o Ensino Superior. O entrevistado AEM21-3, atualmente cursa a graduação de Licenciatura em Letras - Libras e Língua Portuguesa, na Universidade Federal do Pará (UFPA), curso totalmente divergente ao cursado na EPT.

Os demais, 25% dos entrevistados concluintes, finalizaram o curso porque se identificaram com seu percurso formativo, mas com a intenção de dar continuidade à formação de nível superior na área da Engenharia Civil. O entrevistado AEM19-2 já se encontra na universidade cursando Engenharia Civil e a entrevistada AEF22-7 foi aprovada no curso de Engenharia de Materiais, no Processo Seletivo Unificado 2024 do IFPA. São alunos que, de fato, demonstram ter encontrado no curso de Edificações sua vocação, ao se pronunciarem sobre o porquê do retorno ao curso após um breve afastamento. O entrevistado AEM19-2 afirmou que: “eu queria seguir engenharia civil ou arquitetura, um curso voltado para essa área e, o curso só favoreceu minha decisão”. Seguido pela entrevistada AEF22-7: “Porque eu amo o meu curso. Esse é o principal fator. Eu adoro meu curso. Realmente é uma área que eu pretendo seguir. É uma área que eu me identifico”.

Percebe-se nas manifestações dos entrevistados o quão importante foi a decisão de concluir o curso de Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, pois embora seja uma porta de entrada para o mundo do trabalho, ter somente o título de técnico não foi suficiente para alcançar os demais objetivos profissionais. Foi necessário ingressar no nível superior. Os entrevistados acreditam que exercer a função de engenheiro terá mais satisfação profissional do que a de técnico.

Diante das motivações aqui apresentadas – as quais identificam as causas da evasão escolar no curso pesquisado – outras questões foram suscitadas para que completasse nossas análises sobre a problemática. Buscou-se analisar se as políticas públicas de acesso e de permanência e êxito acadêmico aplicadas e/ou implementadas na Instituição alinham-se para atenuar os índices de evasão escolar.

2.3 As Políticas Públicas de Acesso e de Permanência para o êxito na Formação Profissional

As ações necessárias para a permanência e o êxito acadêmico do aluno na Educação Profissional precisam iniciar muitos antes do ingresso do aluno. Como gestora do setor administrativo, que realiza os registros de desligamentos acadêmicos, presenciou-se relatos

verbais de vários alunos e responsáveis de que o curso escolhido não era o que se acreditava ser. Ou seja, acredita-se que o percurso formativo não está claro no instrumento de seleção para novos alunos, dificultando o entendimento proposto no processo. Por não estar claro, muitos alunos abandonam o curso. É necessário, além de cumprir a legislação de inclusão, criar mecanismos menos excludentes.

É importante que os esclarecimentos sobre o significado e a importância da Educação Profissional sejam claros, objetivos e didáticos ao público interessado em adentrar ao universo do ensino profissionalizante. Diante dos relatos presenciados, sobre a dificuldade de entender o percurso/itinerário formativo dos cursos, acredita-se que esse procedimento deve se iniciar no processo de seleção, pois as vagas oferecidas para o ingresso em cursos na educação profissional, ofertada pela Rede Federal, não é possível atender a todos os interessados, sendo necessário a realização de políticas de acesso.

O IFPA utiliza processo seletivo, divulgado pelo instrumento Edital, respeitando todas as legislações vigentes de acesso. No entanto, acredita-se que a divulgação do processo seletivo precisa estar alinhada ao mundo em que vivemos, promovendo diálogo com público que se pretende atingir, com ferramentas que despertem o cognitivo do aluno considerando que vivemos na era tecnológica. Pois, percebeu-se durante as entrevistas que nosso público adentrou no mundo da educação profissionalizante sem saber o que significava a educação profissional, como também o itinerário formativo do curso escolhido.

Visto que tal situação foi apontada como uma possível possibilidade de combate à evasão no curso pesquisado, quando questionado aos alunos de forma a instituição poderia combater tal fenômeno, os entrevistados apontam que:

AEF20-1: “eles tinham que ter sido um pouquinho mais claros[...]. O edital que a gente ficava pesquisando, não era muito claro para a gente, porque como a gente veio de um ensino muito básico no fundamental, então a linguagem não era tão adequada pra gente”.

AEM21-3: “Deixar com mais clareza o que é aquilo, o que significa, porque a gente abre lá (o edital). O site, as edificações está. O projeto de desenho e tal e, não fica explícito o que ele (o aluno) vai fazer no futuro. Como que ele vai trabalhar com aquilo”.

AEM19-2: “o edital não tem clareza. A instituição poderia informar melhor cada curso, como uma palestra e tal, vídeos sobre curso, eu até pesquisei sobre o curso, mas não mostra com clareza sobre tipo, não tem no YouTube coisas sobre isso”

Diante das falas dos entrevistados, acredita-se que a instituição, embora respeite as legislações de inclusão, precisa implementar mecanismos de divulgação de seus cursos para atingir um público mais seguro de suas escolhas profissionalizantes. Como, por exemplo, vídeos sobre a educação profissional e vídeos interativos sobre cada curso, oportunizando ao

estudante verificar se sua vocação se encontra em um dos cursos ofertados pela Instituição.

Todavia, mesmo com escolhas seguras, fazer com que o aluno permaneça no ensino profissionalizante requer outras ações/políticas para ter êxito acadêmico. Neste sentido, analisou-se os principais documentos norteadores da instituição e do curso pesquisado para verificar se as políticas utilizadas/implantadas estão alinhadas ao processo de permanência e êxito educacional. Tal necessidade se deu em virtude das elevadas taxas de evasão escolar apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2013, nos cursos ofertados pelos Institutos Federais (IFs). Os dados encontram-se registrados no item 41 que trata a Evasão nos Institutos Federais, no Acórdão nº 506/2013-TCU, que apontou as elevadas taxas de evasão, visto que os percentuais identificados vão de encontro aos aceitáveis pela SETEC que são de até 15%. (BRASIL, 2014). Conforme destacamos:

A evasão representa problema que alcança diferentes modalidades de ensino em maior ou menor medida. No Brasil, a educação profissional não foge a essa regra, sendo um importante vazamento que impede que boa parte dos alunos concluam seus respectivos cursos. A meta de 90% para a taxa de conclusão prevista no Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação 2011-2020, ou mesmo da taxa de 80% para todas as modalidades de cursos ofertados pelos institutos previstas no Termo de Acordo de Metas, aparentemente, ainda é um ideal de longo-prazo. Quando se analisam as taxas de conclusão em nível nacional se situam em 46,8% para o médio integrado, 37,5% para o Proeja, 25,4% para a Licenciatura, 27,5% para o Bacharelado e 42,8% para os cursos de tecnólogo. Em termos de estratégias de combate à evasão, será observado que muitas vezes a atuação dos campi, de determinado Instituto Federal, dá-se de forma isolada em relação aos demais. Constatou-se também oportunidade de aperfeiçoar os instrumentos voltados ao acompanhamento periódico da elevação gradual da taxa de conclusão dos cursos (TCU, 2013, p.11)

Diante dos dados identificados pelo TCU/2013, foram sugeridas várias recomendações a serem implantadas nos IFs a fim de atenuar os índices da evasão e, principalmente, identificar as suas causas. Dentre elas, foram recomendados aos IFs que:

a) institua, em conjunto com os Institutos Federais, plano voltado ao tratamento da evasão na Rede Federal de Educação Profissional, que contemple: a.1) levantamento de dados de variáveis que permitam identificar alunos com maior propensão de evasão; a.2) inserção nos Termos de Acordos de Metas e Compromissos de indicadores de evasão, retenção e conclusão, desagregados para diferentes modalidades de cursos (Médio Integral, Licenciatura etc); a.3) análise quanto à viabilidade de adequação dos critérios PNAES ou de normatização/regulamentação de outras linhas de assistência estudantil voltadas ao atendimento de alunos com risco de evasão; a.4) garantia de alocação de profissionais para realizar o acompanhamento escolar e social de alunos nos campi; a.5) o fomento à participação de alunos em programas de reforço escolar, assim como a sua participação como tutores e monitores; (TCU, 2013, p.54)

Diante das recomendações, o IFPA, em 2015, criou a Comissão de Permanência e Êxito Institucional, em conjunto com as subcomissões dos Campi do IFPA, para investigar as causas

dos índices de evasão e retenção tão elevados, apontados pelo TCU/2013, tendo como resultados fatores peculiares de cada Campus e de cada indivíduo, sendo o mais recorrente, a necessidade de recursos financeiros, como relatado pela então Diretora de Políticas Institucionais do IFPA, Prof^a Dr^a Marta Coutinho Caetano, durante a realização do Seminário de Permanência e Êxito do IFPA, ocorrido em 2017, (IFPA, 2017), <https://www.ifpa.edu.br/component/content/article?id=690> :

“As causas da evasão no IFPA são complexas, cada campus tem suas peculiaridades. Dentre os motivos individuais mais alegados, identificamos que a evasão na Educação Básica e na Educação Superior ocorre, principalmente, pela necessidade que o aluno tem de trabalhar. O trabalho acaba reduzindo o tempo disponível para os estudos. Outro fator recorrente ainda é a gravidez precoce e problemas financeiros para se locomover até o campus. Além destes, há os fatores internos, relacionados a falhas estruturais e de pessoal. Dentre estes, os que mais causam desistências, são os atrasos no calendário escolar, ausência de metodologias pedagógicas satisfatórias, distância entre as casas e o campus. Neste sentido, o Plano Institucional é norteador, contempla a realidade de cada campus com base no que se dispõe de recursos, possibilita ao gestor analisar e ver o que é possível ser feito para cada aluno”, conclui a diretora.

O IFPA, em 2017, aponta que não houve mudança dos motivos que vem causando o afastamento dos alunos das salas aulas da educação profissional, pois, em 2011, a mesma causa foi apontada pelas pesquisadoras Dore & Lüscher (2011) ao apontarem que, dentre as 12 causas da evasão escolar na Educação Profissional de Minas Gerais, em primeiro lugar está o abandono do curso por motivo de emprego/trabalho (36,56%), corroborando com os aspectos sociais e econômicos do estudante, fazendo com que o mesmo opte pelo trabalho ao invés do estudo.

Diante desses fatos, o IFPA, a fim de cumprir as recomendações do TCU, implementou políticas de Assistência Estudantil alinhado às políticas públicas regulamentadas pelo PNAES/2010 e PDI/2019-2023) e PPP/2017 e ampliou as ações através das Resoluções nº 07/2020-CONSUP/IFPA e Resolução 08/2020-CONSUP/IFPA. Ofertando Políticas de Assistência Estudantil, aos estudantes regularmente matriculados nos cursos ofertados pelo IFPA, de todos os níveis e modalidades de ensino – desde que estejam comprovadamente em situação de vulnerabilidade social – com o objetivo de garantir acesso, permanência e êxito em seu percurso acadêmico, como estratégia de atenuar as taxas de evasão.

Todavia, as políticas de Assistência Estudantil, não conseguem atingir todos os alunos em situação de vulnerabilidade, sendo necessário sua disponibilização a partir de um rigoroso processo de seleção interno. Fato observado no quadro do quantitativo de alunos do Curso de Edificações Integrado ao Ensino Médio de 2014 a 2019 que receberam o auxílio estudantil, conforme pode-se observar no quadro 8.

Quadro 08: Levantamento do quantitativo de alunos que receberam algum tipo de auxílio estudantil - Curso: Edificações Integrado Ao Ensino Médio – IFPA-Campus Belém – Ingressantes do período letivo de 2014 a 2019.

DISTRIBUIÇÃO DE AUXÍLIO ESTUDANTIL X ALUNOS CONCLUINTES				
ANO	QUANT. DE ALUNOS QUE RECEBERAM AUXÍLIO ESTUDANTIL (FINANCEIRO)	CONCLUÍRAM O CURSO	ABANDONARAM O CURSO	EM CURSO
2014	14	11	3	0
2015	16	14	2	0
2016	12	10	2	0
2017	4	4	0	0
2018	7	7	0	0
2019	6	4	1	1

Fonte: Coordenação de Assuntos Estudantis e Ações Inclusivas – CAEST/IFPA – CAMPUS BELÉM, extraído em 05/01/2024.

Analisando os dados do quadro citado anteriormente, percebe-se uma significativa diminuição de alunos atendidos pela política de permanência e êxito. O que pode ter ocorrido pela redução orçamentária da Instituição por parte do governo federal. Situação também verificada no quantitativo de alunos que participaram da pesquisa, onde, dentre os entrevistados, somente 1 aluno foi contemplado com a política.

Outra importante observação é o número de alunos que, mesmo sendo beneficiado com o auxílio estudantil, evadiram-se do espaço escolar. Em nosso entendimento pode ser considerado pelas causas identificadas como os motivos da evasão no curso pesquisado, ou seja, mesmo sendo beneficiado com o auxílio financeiro não se identificou com o curso e/ou teve dificuldade no processo de ensino e aprendizagem. O que nos induz a supor que mesmo recebendo todos os incentivos para galgar uma formação profissional, se o estudante não se identificar com o curso escolhido, será mais um entre tantos que se evadirá do espaço escolar do qual nunca se sentiu pertencente; ou apenas mais um na estatística que somente concluiu o curso com o objetivo de obter o ensino médio regular para dar continuidade aos estudos de nível superior em outra área de conhecimento. Poucos concluintes seguem o itinerário formativo de Técnico em Edificações ou se direcionam para a formação profissional que o eixo tecnológico proporciona.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como anunciado desde as linhas iniciais deste texto, identificar as causas da evasão escolar é um processo árduo, visto que as motivações são de natureza multiformes (DORE; LUSCHER, 2011). E, de igual forma, tal identificação foi desafiadora no decorrer desta pesquisa. Ao se propor identificar as causas da evasão escolar na formação profissional no Curso Técnico em Edificações Integrado do Ensino Médio do IFPA/Campus Belém, colaborou-se com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica na identificação acerca dos motivos dos altos índices de evasão escolar no contexto do curso pesquisado.

A investigação trouxe informações que responderam ao objetivo principal desta pesquisa, confirmando as hipóteses lançadas no início da pesquisa, fase coleta de dados. Além de respondeu os dois primeiros objetivos específicos ao evidenciar que o curso pesquisado apresenta um percentual médio de 24,26% de evasão no período analisado. Tal fato corrobora com as preocupações da SETEC quanto ao percentual aceitável de evasão e retenção ser de até 15%. O percentual de evasão por período letivo analisado, também, encontra-se fora dos índices estabelecidos como aceitáveis, conforme pôde-se observar nos dados identificados na categoria dos indicadores de evasão dos ciclos de matrículas (2014-2019) do Curso Técnico em Edificações Integrado do Ensino Médio apresentados e discutidos no capítulo 4 deste trabalho.

Quanto às causas da evasão, os dados coletados na pesquisa de campo, a partir das respostas dos questionários aplicados e as entrevistas com os alunos, percebeu-se que uma das causas da evasão se dá pela formação muito fragmentada no ensino fundamental, ou seja um ensino sem transversalidade, dificultando o processo de ensino e aprendizado na formação profissional, somado a falta de falta de nivelamento de estudos, pedagógico e financeiro, não ser disponibilizado de forma abrangente pela instituição, seguido de dificuldade de aprendizagem.

Outro fator causador do afastamento dos alunos do ambiente escolar foi a não identificação com o curso escolhido e com a educação profissional, causa que foi confirmada a partir das investigações em relação à forma de acesso à Educação Profissional. De modo que se constatou que as ferramentas utilizadas, nos editais as informações não são o Edital, não são esclarecedoras e, tampouco, norteadoras na direção de auxiliar nas decisões profissionais dos estudantes, visto que as informações contidas no documento não explicitam o itinerário formativo que o estudante poderá usufruir como um profissional do Ensino da Educação Profissional Tecnológica.

Quanto às orientações institucionais, que respondem ao terceiro objetivo específico,

observou-se que o IFPA vem buscando se adequar para atender seus alunos, principalmente os identificados com vulnerabilidade social. Todavia, os recursos orçamentários disponíveis não permitem o atendimento dos estudantes em sua totalidade, fazendo com que a Instituição realize um rigoroso processo seletivo interno para identificar os mais necessitados.

Diante deste diagnóstico, foi possível construir o produto educacional resultante desta pesquisa. Dessa forma, atendendo ao quarto objetivo específico desta pesquisa, o qual consiste em um relatório técnico que apresenta os dados dos índices de evasão, trazendo a contextualização do problema, reflexões acerca da Evasão Escolar e informações específicas do curso estudado, como: sua história, sua regulamentação, entre outras informações. Almeja-se que este produto possa contribuir para atenuar o problema da evasão escolar no curso estudado, mas que se expanda para outras dimensões no IFPA/Campus Belém.

O produto foi idealizado para apontar as possíveis causas da evasão escolar no ensino profissionalizante e subsidiar ações que pudessem atenuar esse quadro preocupante no Curso de Edificações integrado ao Ensino Médio. Além de servir de base para tomada de decisões na gestão institucional e acadêmica, como na Comissão de Permanência e Êxito do IFPA/Campus Belém, pois acredita-se que estes são os agentes institucionais imediatamente envolvidos na realidade do problema da evasão escolar no ensino técnico.

Acredita-se que o problema evasão escolar precisa ser combatida antes do ingresso dos estudantes aos cursos. Neste sentido, o produto teve a pretensão de reconhecer, em cada um desses elementos, um potencial de intervenção. Ou seja, acredita-se que a gestão, seus setores educacionais e Comissão de Permanência e Êxito podem adotar ações a partir das informações que estão expostas no relatório. Além de trabalhar em conjunto a fim de buscar estratégias para atenuar as taxas de evasão escolar no curso pesquisado ou implementar e ampliar as que a instituição já vem aplicando.

Por fim, diante dos dados identificados, roga-se que os resultados alcançados, tanto na pesquisa quanto no produto, possam ser considerados pelo IFPA/Campus Belém para amenizar os números da evasão escolar em curso profissionalizantes, utilizando-os os dados e recomendações aqui deixadas para a implementação de políticas de acesso, na criação de estratégias mais expressivas de divulgação de seus cursos, como feiras vocacionais e, principalmente, vídeos interativos, considerando que a era tecnológica não é do futuro, e, sim o tempo em que vivemos. Além disso, recomenda-se que mais estudos sejam realizados em outros cursos da instituição para esse tema tão necessário e complexo seja erradicado da Educação brasileira.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, P. A. B. A. (1987). Escola Técnica Federal do Pará e o desenvolvimento do ensino industrial; um estudo histórico, 1909/87 - MEC-SEPS-ETFP, Belém/PA: Santo Antônio, 209 p.
- BRASIL, Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13021-legislacao-basica-rede-federal>. Acesso em: 13 jan. 2023.
- BRASIL. Resolução CNE nº 03 de 30 de setembro de 2009. Dispõe sobre a instituição Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), em substituição ao Cadastro Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT), definido pela Resolução CNE/CEB nº 4/1999. Disponível em:
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <http://www.sistec.mec.gov.br>. Acesso em: 02 dez. 2021.
- BRASIL. (2014). Ministério da Educação. Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/publicacoes-gerais>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- BRASIL. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05 nov. 2021.
- CHARLOT, B. (2014). Da relação com o saber às práticas educativas [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez, (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos).
- CIAVATTA, M. (2014). O ENSINO INTEGRADO, A POLITECNIA E A EDUCAÇÃO OMNILATERAL. POR QUE LUTAMOS? /The integrated education, the polytechnic and the omnilateral education. Why do we fight? Trabalho & Educação, 23(1), 187-205.
- COSTA, Lairson (org.). (2009). De escola de aprendizes artífices a Instituto Federal. In: INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. Instituto Federal do Pará:100 anos de educação profissional. Belém: GTR. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos/1559714>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- COUTO ROSA, M. V. F. P; ARNOLDI, M. A. G. C. (2017). A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados. São Paulo: Autêntica.
- DELLA FONTE, S. S.(2018). Formação no e para o trabalho. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, Vitória, v. 2, n. 2, p. 6-19. Disponível em: <http://ojs2.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1221/709>. Acesso em: 14 jan 2023.
- DINIZ, E.; SANTOS, T. (2020). Retenção e evasão escolar na educação profissional de nível médio técnico: o que nos dizem as publicações da ANPED entre os anos 2012 a 2017. 2020. Brazilian J. of Develop. Curitiba, v. 6, n. 7, p. 44829-44838.

DORE, R.; SALES, P. E. N.; CASTRO, T. L. de. (2014). Evasão nos cursos técnicos de nível médio da rede federal de educação profissional de Minas Gerais. In: DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson Cesar de; MENDES, Josué de Sousa (org.). Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, p. 379-414.

DORE, R.; LÜSCHER, A. (2011). Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtTfM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 dez. 2021.

FERREIRA, D. R.; VALER, S. (2022). Relação entre processo de ingresso e evasão na rede federal de educação profissional e tecnológica. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 165-180.

FIGUEIREDO, N. G. da S.; SALLES, D. M. R. (2017). Educação profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. Ensaio: avaliação e políticas em educação, v. 25, n. 95, p. 356-392.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (2005) A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ynppThv4sMqrxDRg8XLxjqv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jul. 2022.

IFPA, (2017). Plano Político Pedagógico do Curso de Edificações Integrado ao Ensino Médio.

IFPA, (2017). Documento Base: Estratégias para Fortalecimento da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no contexto da Lei nº 14.415/2017.

IFPA, (2018). Diretrizes para Reorganização dos Cursos Técnicos na Forma Integrada do IFPA.

JARA, Oscar. Aluno exemplar: entrevista com o sociólogo e educador peruano Oscar Jara. Disponível em: http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=8185&cod_canal=41. Acesso em: 15 jul. 2022.

KAPLÚN, G. (2003). Material educativo: a experiência de aprendizado. Comunicação & Educação, v. 9, n. 27, p. 46-60.

KAPLÚN, G. (2002). Contenidos, itinerarios y juegos ejes para el análisis y la construcción de mensajes educativos. In: CONGRESO DE ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN (ALAIIC). 6. Santa Cruz de la Sierra, Bolivia. Resumos [...]. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, 2002, p. 01-18.

LEITE, P. S. C. (2018). Produtos educacionais em mestrados profissionais na área de ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. Atas CIAIQ2018, v. 1, p. 330-339. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656/1609>. Acesso em: 19 mar. 2023.

MARTIN, Adriana Paula et al. (org). (2014). Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: https://avr.ifsp.edu.br/images/pdf/Comissoes_Outros/PermanenciaExito/Documento-Orientador-SETEC.pdf. Acesso em: 09 dez. 2021.

MOREIRA, L. K. R.; LAMBERT, A. dos S.; CASTRO, R. C. A. de M. (2018). Educação profissional e tecnológica: permanência e evasão em foco. *Revista Brasileira de Educação e Saúde*. v. 8, n. 4, p. 48-53.

MOURA, Dante Henrique. (2007). Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. *Holos*, Natal, v.2, p.1-27. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 15 jan. 2022.

PACHECO, E. (org.). (2011). Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica, Brasília: Fundação Santillana.

RAMOS NETO, J. O. (2019). A evasão escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise dos planos estratégicos de permanência e êxito. *Educação em Revista*, Marília, v. 20, n. 2, p. 7-24. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/8999>. Acesso em: 15 dez. 2021.

SOUZA, S. L; ARTUSO, A. R. (2022). Abandono, evasão, permanência e êxito na educação profissional e tecnológica: considerações sobre o estado da arte de 2015 a 2019. *Educação Profissional e Tecnológica*, v. 6, n. 1, p. 135-149, 2022.

APÊNDICE

Você Sabia....

Em mais de um século de sua existência, o IFPA, que iniciou sua trajetória em 1910, como Escola de Aprendizes Artífices do Pará, formou muitos técnicos, dentre eles Técnicos em Edificações. Alguns desses alunos nunca esqueceram o conhecimento profissional que adquiriram ao longo da sua formação acadêmica. Tal afirmação se dá em virtude de muitos desses alunos retornarem à instituição não mais como estudante, mas como professores, como destacamos abaixo. Egressos que hoje fazem ou fizeram parte do quadro docente de professores da Instituição:

Antônio Dos Santos Pinho

Edson Ary de Oliveira Fontes

Élcio Padilha Do Amaral

Erick Alexandre de Oliveira Fontes

Jean Franca Veloso

Joaquim Clemente Da Silva Filho

Kleber Roberto Matos da Silva

Luiz Sérgio Samico Maciel

Monica Nazaré Espírito Santo Da Silva

Nircele da Silva Leal Veloso

Ronaldo Estevão Lobato

Rosineide de Belém Lourinho Dos Santos

Valcir Oeiras Cardel

O curso também possui no seu quadro excelentes professores que atuaram ou atuam na gestão da Instituição em cargos estratégicos para o melhor desenvolvimento do ensino profissional e tecnológico no Estado do Pará. Inclusive já assumiram os mais altos cargos da Instituição, o de Reitor. No entanto, antes de se tornar Instituto Federal, o cargo de maior destaque era de Diretor Geral, o qual foi assumido por 18 anos por um professor do quadro de

professores do Curso de Edificações, Prof. Sérgio Cabeça Braz. Diretor este que fez história na então Escola Técnica Federal do Pará - ETFPA até o início da denominação de Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – CEFET/PA. Como destacamos a seguir:

Sérgio Cabeça Braz

Diretor Geral - ETFPA e CEFET/PA

Edson Ary De Oliveira Fontes

Chefe do Deptº de Ensino e Chefe do Departamento de Pessoal – ETFPA

Diretor Geral - CEFET/PA

Reitor Pró-Tempore – IFPA

Luiz Sérgio Samico Maciel

Chefe do SIE-E - IFPA/PA

Chefe da GIRAD – CEFET/PA

Diretor Geral - CEFET/PA

Darlindo Maria Pereira Veloso Filho

Diretor de Extensão - IFPA Campus Belém

Diretor Geral – IFPA Campus Belém

Claudio Cezar Cunha De Vasconcelos Chaves

Chefe do Deptº de Ensino, Recursos Naturais, Design e Infraestrutura - IFPA Campus Belém

Benedito Coutinho Neto

Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação

Eurico Cardoso Fontes

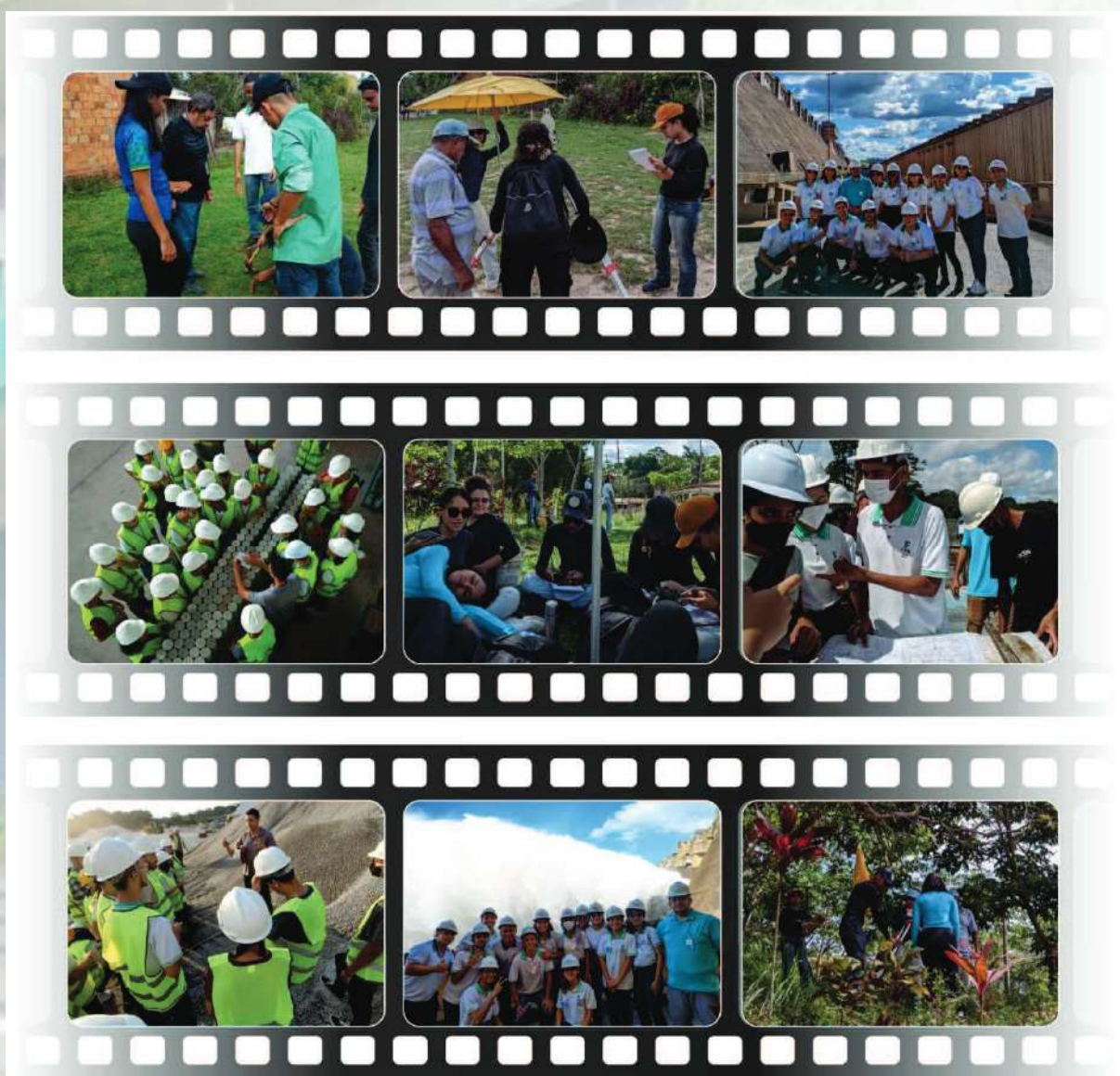
Coordenador do Curso de Edificações

Atual Chefe do Deptº de Ensino de Formação Geral e Profissional - IFPA Campus Belém

Erick Alexandre de Oliveira Fontes

Atual Coordenador do Curso de Edificações

Para enriquecer nosso relatório – de modo a contribuir com futuros pesquisadores que queiram conhecer o dia a dia de nossos alunos do Curso Técnico em Edificações Integrado do Ensino Médio – deixamos aqui um pouquinho dos registros, realizados pela coordenação e por professores do curso, que mostram nossos alunos em atividades práticas e visitas técnicas. Registros, gentilmente cedido pelo Professor Sérgio Ferreira da Silva - IFPA/Campus Belém, que também atua no Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio.



SOBRE AS AUTORAS



Rosa Maria Rocha Magalhães

Técnica em Eletrônica e Informática pela Escola Técnica Federal do Pará - ETFPA. Licenciada em Matemática e Especialista em PROEJA pelo Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – CEFET/PA. Especialista em Educação Matemática pela Universidade Federal do Pará – UFPa. Aluna do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Desde 1991 é servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Belém, atualmente exercendo a função de Chefe do Departamento de Registros e Indicadores Acadêmicos – DRIA, no IFPA – Campus Belém.



Ana Maria Leite Lobato

Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará, Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará, Licenciada Plena em Educação Artística pela Universidade Federal do Pará (1990). É especialista em Arte Educação/ PUC-MG; especialista em História e Historiografia da Amazônia pela UNIFAP. Especialista em Educação (IFPA). Graduada em Pedagogia (UNIP). Licenciada Plena em Educação Artística, com habilitação em Artes Plásticas e História da Arte. Atualmente é professora do Ensino Básico Tec. e Tecnológico - ativo permanente do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia Do Pará. Ministra a disciplina Artes para o Ensino Integrado (e PROEJA), Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Arte Educação, Ludicidade e Educação e História da Educação no Curso de Graduação Em Pedagogia. A disciplina Epistemologias e metodologias em pesquisa interdisciplinar no Curso de Especialização em Saberes, Linguagens e Práticas Educacionais na Amazônia. Ministra a disciplina Bases Conceituais em Educação Profissional e Tecnológica no Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica- ProfEPT. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Artes Plásticas. Professor(a) Titular do IFPA. Atualmente, é Coordenadora do ProfEPT – IFPA.